

VII | A formação e a transformação da sociedade de corte francesa como funções de deslocamentos sociais de poder

1. Toda forma de dominação é resultado de uma luta social, é a consolidação do modo de distribuição do poder que resulta dessa luta. A época de tal consolidação, o estágio do desenvolvimento social na origem de um regime, é determinante para sua forma específica e para seu destino posterior. Assim, por exemplo, o absolutismo prussiano, que só adquiriu uma forma consolidada e só incluiu a nobreza feudal em sua estrutura de dominação muito depois do absolutismo francês, pôde criar uma estrutura para a qual ainda faltavam condições na época do estabelecimento do regime absolutista na França — e não só na França, mas em todo o Ocidente.

Essas duas estruturas de dominação foram antecedidas por lutas entre os reis e a nobreza feudal. Em ambas, a nobreza perdeu sua relativa autonomia política, mas aquilo que o rei francês podia e queria iniciar no século XVII, a partir do novo poder conquistado, era algo diverso daquilo que o rei prussiano desejava e podia começar no século XVIII. Revela-se aqui um fenômeno que pode ser observado com frequência na história: um país, cujo desenvolvimento foi mais tardio, adotar e constituir formas mais maduras para o controle de problemas institucionais, em relação a um país que se desenvolveu anteriormente. Muito do que Frederico II foi capaz de desenvolver em seu país — por exemplo o tipo de funcionalismo e de administração que ele introduziu — só teve correspondente na França na época da Revolução e com Napoleão. Entretanto esses desenvolvimentos posteriores, por sua vez, puderam solucionar na França problemas que a Prússia, depois Alemanha, só foi capaz de equacionar muito mais tarde. É de grande importância para o destino, para a “fisionomia” dos povos, o momento em que são gerados e solucionados os problemas sociais que se reproduzem sempre, em todos os grandes países do Ocidente — o que sempre significa também o modo como isso é feito. Os reis não se encontravam, de maneira alguma, fora dessa linha de desenvolvimento. Ela ditava os problemas e as tarefas, impelindo sua natureza para uma direção ou outra, ora bloqueando alguns de seus talentos naturais, ora aprimorando alguns deles. Assim como os indivíduos em geral, os reis também eram submetidos às coerções da interdependência humana. Seu poder ilimitado era a expressão e a consequência disso.

2. Certamente existe forte tentação de considerar os reis como indivíduos que se encontram acima das contingências e interdependências sociais, porque não pare-

cem pertencer diretamente a uma das camadas sociais de seus povos. No mínimo, somos inclinados a compreender os motivos e os rumos de seu comportamento e de seus feitos essencialmente a partir de suas personalidades, por exemplo a partir de suas predisposições naturais. É claro que sua inserção no campo social, suas chances de realizar suas inclinações pessoais, ou seja, a maneira de seu desenvolvimento no todo social, costumava ser algo bastante peculiar. Todavia eles também faziam parte, a seu modo, da rede de interdependências humana. Um rei, ou uma série de reis, também se encontrava sempre inserido em uma determinada tradição social. Poderosos ou não, seu comportamento, o tipo de suas motivações e objetivos foram sempre tributários de uma trajetória social específica, por sua relação com determinadas camadas sociais e determinadas gerações humanas. Por isso é que alguns deles, como Napoleão I, ou Frederico II da Prússia, sendo executores de uma revolução social ou de uma transformação do Estado, sendo soberanos em tempos de rompimento com a tradição, são ambíguos em relação ao gênero de suas motivações e ao tipo de seu comportamento, enquanto outros reis podem ser considerados de modo unívoco. Entre estes últimos encontraram-se os reis franceses do Ancien Régime. Eles eram, segundo o tipo de seu comportamento, de suas motivações e de sua ética, aristocratas de corte, representantes de uma camada social que hoje designamos pejorativamente como uma “classe ociosa”, pois a linguagem burguesa de nosso tempo cercou suas qualidades positivas de um caráter de reprovação.

O fato de o rei francês sentir-se como um nobre e proclamar-se como “*le premier Gentilhomme*”,¹ o fato de ele ter sido educado segundo os costumes e a mentalidade da corte, de ser formado por esses costumes em termos de atitude e pensamento, é um fenômeno que não pode ser compreendido satisfatoriamente caso não retracemos a origem e o desenvolvimento da realeza na França desde tempos remotos. Não é este o nosso propósito. O que importa aqui é apenas perceber que, num país como a França, uma tradição rica dos costumes nobres, firmemente consolidada, atravessou toda a Idade Média, até a época moderna, sem uma ruptura verdadeira — em contraposição a regiões da Alemanha. Justamente por isso, o rei — sendo um elo dessa tradição e precisando conviver com pessoas do mesmo nível de cultura — estava mais ligado aos costumes tradicionais do que os reis de países em que havia um fosso profundo entre a Idade Média e a Modernidade, ou onde a cultura aristocrática não era tão rica nem constituída de modo tão característico.

3. Um segundo fato, igualmente importante, está estreitamente ligado ao primeiro e frequentemente passa despercebido. Os reis franceses travaram durante séculos, até Henrique IV e, em certa medida, até Luís XIV, uma luta não-decida. A disputa não era com a nobreza em geral, pois uma parte significativa dela havia sempre lutado ao lado dos reis, mas com a alta nobreza e seus partidários. Ora, as estruturas do modo de vida aristocrático se transformavam necessariamente à medida que o rei se aproximava da vitória e que aumentava a centralização dessa

cultura em um *único* lugar, Paris, e em um *único* órgão social, a corte real, o que opunha tal cultura à sua variedade anterior. No entanto, os reis que assim contribuíram para essa transformação eram, por sua vez, extremamente afetados por ela. Eles nunca se encontravam fora da nobreza, como os burgueses estariam depois. A respeito destes, podemos dizer com razão que descartaram gradativamente os costumes nobres como modelo, e que acabaram por não compreender mais a atitude dos nobres; desse modo acabaram derrubando a nobreza a partir de fora, como portadores de uma atitude própria, não-nobre. Mas o que ocorreu no caso da instauração da realeza absolutista, no caso da subjugação da grande e da pequena nobreza pelo rei, na França dos séculos XVI e XVII, nada mais foi do que um gradativo deslocamento do centro de gravidade dentro de uma mesma camada social.

A nobreza espalhada por todo o país deu origem à nobreza de corte reunida em torno do rei como centro e poder determinante. E assim como a maior parte dos nobres passou de cavaleiros a *seigneurs* e *grands seigneurs* da corte, os reis também sofreram uma transformação no mesmo sentido. Francisco I ainda era um rei cavaleiro, *le roi chevalier*.² Ele amava os torneios, amava as caçadas; a guerra era para ele um brilhante jogo cavaleiresco em que valia a pena arriscar a vida como o mais corajoso *chevalier*. Pois tratava-se de uma convenção de cavaleiros nobres; era uma questão de honra: mesmo sendo rei, ele estava ligado a essa lei do comportamento cavaleiresco, assim como qualquer outro cavaleiro.

O caso de Henrique IV foi similar: ao receber a notícia, quando ainda era um líder dos huguenotes e grande vassalo dos reis de França, de que seu adversário, o duque de Guise, se preparava para a guerra, ofereceu-se para resolver o assunto por meio de um combate homem a homem: "A desigualdade de posição não me deve impedir."³ Um contra um, dois contra dois, dez contra dez ou vinte contra vinte, desejavam duelar com as armas usualmente utilizadas em uma questão de honra entre cavaleiros. Foi o que Henrique IV manifestou. Após sua subida ao trono, de certo modo ele incorporou a transição do rei cavaleiresco para aquele tipo aristocrático de corte, que teve seu primeiro representante pleno com Luís XIV. Trata-se daquele tipo que não se dirigia mais para a batalha à frente de seus nobres, como um cavaleiro, como Henrique IV, mas mandava generais travarem suas guerras com tropas que recebiam soldo. Se ocasionalmente se expunha aos disparos, percebia-se que não estava acostumado aos esforços físicos e às atividades da batalha. Mesmo os torneios tinham perdido então, sob o reinado de Luís XIV, o caráter de luta pessoal, homem contra homem; transformaram-se em uma espécie de jogo da corte. E se procuramos um exemplo de como o rei se tonara um aristocrata de corte em seu comportamento, e também de como sua pessoa desfrutava de um prestígio especial na sociedade de corte, o qual o distanciava dos nobres restantes, podemos citar esta descrição que Ranke faz de um torneio de cavaleiros no ano de 1662, sob o reinado de Luís XIV:

Eram cinco equipes, cada uma usando cores diferentes e representando uma nação diferente; romanos, persas, turcos, mouros, russos, cada equipe obedecendo a seu

líder supremo. O rei conduzia a primeira tropa, que representava os romanos; sua divisa era o sol que dispersava as nuvens. Entre os cavaleiros de seu séquito, o primeiro levava um espelho que refletia os raios do sol, o outro carregava um ramo de louros, pois essa árvore é consagrada ao sol, o terceiro uma águia que voltava os olhos para o sol...⁴

"Se não fosse um torneio", diz Ranke, "soaria como idolatria. Todas as divisas da primeira tropa têm o mesmo sentido; as dos outros o indicam. É como se todos desistissem de ser algo em si mesmos; *eles só são alguma coisa na medida em que se encontram em relação com o rei.*"

Esse torneio é um símbolo. Quando o consideramos, não em si mesmo, mas a partir do desenvolvimento da balança de poder, confrontando o comportamento de Luís XIV com a atitude de Henrique IV no que diz respeito à proposta de combate homem a homem, percebemos claramente o que significa o fato de Henrique IV ser o último dos reis cavaleiros, ao passo que Luís XIV foi um rei aristocrata de corte. Sendo reis, ambos faziam parte da sociedade aristocrática, no que dizia respeito aos seus costumes, às suas formas de comportamento, às suas motivações. Essa sociedade e sua sociabilidade característica são elementos indissociáveis do modo de existência deles. Todavia, o peso que cada um dos reis tinha dentro de sua sociedade era diferente. No caso de Henrique IV, a posição de poder do rei diante da nobreza, embora mais significativa do que no caso de qualquer outro rei anterior, ainda não era tão grande quanto no reinado de Luís XIV. Comparativamente, ele não era tão preponderante quanto o último, e portanto seu distanciamento em relação à nobreza ainda não chegara a um grau tão elevado.

4. Luís XIV, embora vivendo em meio à sociedade de corte, havia se tornado seu único centro, e isso em uma medida que ultrapassava a de todos os seus antecessores. O equilíbrio de forças entre o rei e a nobreza da qual ele fazia parte tinha sido totalmente deslocado. Entre ele e o restante dos nobres havia agora uma enorme distância. Mas apesar de tudo, tratava-se de uma distância dentro da mesma camada social. O que se expressa de modo paradigmático no torneio de cavaleiros vale para a posição de Luís XIV dentro da nobreza de corte, para o seu comportamento em relação aos nobres em geral. A nobreza constituía *sua* sociedade. Ele pertencia a ela e necessitava dela como sociedade. Contudo, ao mesmo tempo, distanciava-se dela na mesma medida em que sua posição de poder o alçava sobre todos os outros nobres.

Assim, observam-se no comportamento de Luís XIV em relação à nobreza de corte duas tendências misturadas, que determinam a posição da nobreza nessa estrutura de dominação e que, presas às instituições, reproduzidas e impulsionadas incessantemente a partir delas, continuariam sendo características para seus sucessores até o fim do regime. Em primeiro lugar, existe a tendência a produzir e assegurar o poder pessoal e irrestrito do rei, por meio de todos os gêneros de

instituições, em relação a todas as exigências de poder da pequena e da alta nobreza. Em segundo lugar, existe a tendência de conservar a nobreza como ordem dependente do rei, a serviço dele, mas totalmente diferenciada de todas as ordens restantes, constituindo a única sociedade adequada e necessária para o rei, com sua cultura específica.

Essa atitude ambivalente do rei em relação à nobreza — uma ambivalência que a partir de então passa a ter significado decisivo para a própria estruturação da nobreza — não era a expressão de arbítrios pessoais de um único soberano. Ela se impôs pouco a pouco ao longo do século XVI. Esse desenvolvimento deu origem a uma figuração específica, que privou a nobreza, além de uma grande parcela de suas chances econômicas, das bases de sua posição social e de seu distanciamento social, enquanto colocava nas mãos dos reis chances novas, imensas, produzidas a partir de seus fundamentos sociais. Segundo a tradição e os costumes, os reis estavam ligados à nobreza; com o desenvolvimento social da França, eles puderam sair da posição de *primus inter pares* para uma posição de poder que deixava muito para trás as posições de todos os outros nobres do reino. A solução dos conflitos que surgiam a partir dessa participação e distanciamento simultâneos ficava a cargo da corte.

5. Já existia na França uma luta entre a nobreza e a realeza há muito tempo. Suas causas até o século XVII não serão abordadas aqui. Assinalemos, no entanto, que essa luta finalmente foi decidida em favor da realeza, mas a consumação e a extensão desse desfecho se deveram a circunstâncias que estavam fora do alcance da vontade, da habilidade pessoal e do âmbito de dominação dos próprios reis franceses em particular. O fato de o poder real ter cabido justamente a Henrique IV, após as guerras religiosas, poder ter sido resultado de dons pessoais e de situações relativamente acidentais. O aumento contínuo e extraordinário do poder do rei em relação à nobreza foi consequência, tendo ampliado-se em seguida nesse mesmo sentido, de deslocamentos sociais que se deram fora da esfera de dominação dos reis ou dos indivíduos e mesmo de determinados grupos de indivíduos. Tais deslocamentos deixavam nas mãos dos soberanos chances significativas — das quais eles podiam se aproveitar ou não, de acordo com suas qualidades pessoais —, ao passo que abalavam as bases econômicas da nobreza.

6. As revoluções nas estruturas sociais do Ocidente, que se realizaram ao longo do século XVI, certamente foram quase tão significativas quanto as que só se manifestaram nitidamente no final do século XVIII. É claro que o afluxo de metais preciosos provenientes das terras ultramarinas e o correspondente aumento na circulação de bens que se efetuou em virtude disso, mais cedo ou mais tarde em todos os países do Ocidente, embora de modos bastante diversos, não foi a única causa dessas revoluções do século XVI. Em todo caso, podemos dizer: o afluxo de metais preciosos funcionou como um catalisador. A enxurrada de ouro e prata fez brotarem muitas sementes plantadas ao longo do desenvolvimento das sociedades

ocidentais, que, sem isso, provavelmente levariam bem mais tempo para germinar, tendo chegado talvez a se atrofiar, pelo menos em parte. Por outro lado, dificilmente teria ocorrido esse afluxo de metais preciosos caso o desenvolvimento das sociedades européias já não tivesse chegado a um estágio em que eles eram necessários e podiam ser aproveitados. No caso da França, o vínculo entre o aumento dos meios de circulação de dinheiro e a direção que a mudança social tomava na época foi mostrado com bastante clareza.⁵

A primeira consequência do aumento de dinheiro em circulação foi uma inflação extraordinária. O poder de compra da moeda caiu, segundo uma avaliação da época,⁶ numa proporção de quatro para um. Os preços subiram na proporção inversa. Os recursos móveis aumentaram. Mesmo que o solo e a terra continuassem sendo a base de todos os recursos, cada vez mais se tornava comum o hábito de guardar uma quantidade considerável de dinheiro em casa. Contudo, essa inflação teve consequências bem diferentes para as diversas camadas da população. Não existe descrição mais clara e precisa dessa situação do que a exposta a seguir. Aproximadamente a partir de 1540,

a libra não parou de cair e os preços das coisas de aumentar insensivelmente. Desse fenômeno já se podem assinalar algumas consequências sob o Reinado de Francisco I: alta dos aluguéis e do preço venal da terra; ao contrário, queda dos rendimentos fixos, como os impostos ... os resultados não foram desastrosos nem para os agricultores nem para os industriais ou os comerciantes, que podiam subir seu preço proporcionalmente. Eles o fizeram indiscriminadamente, para os proprietários de terra e para os trabalhadores ... Os senhores e os nobres procuraram as funções de corte ou do governo; os burgueses, os cargos administrativos ou os burocráticos. Alguns se concentraram em torno do Rei, outros se espalharam pelos empregos. A partir daí, se precipitou o movimento que arrastava tudo para um regime de absolutismo, de centralização, de aristocracia, de burocracia.⁷

Deixando de lado, por ora, as consequências desses acontecimentos para as outras camadas, para uma grande parte dos nobres franceses a inflação significou um profundo abalo, ou até mesmo uma destruição dos fundamentos econômicos de sua existência. A nobreza tirava de suas terras rendimentos fixos. Como os preços estavam subindo continuamente, o produto de seus rendimentos contratuais não supria mais os seus gastos. A maioria dos membros da nobreza estava mergulhada em dívidas após o término das guerras religiosas; em muitos casos, os credores tomaram posse de suas terras. A maior parte das propriedades trocou de dono nesse período. E uma parcela considerável da nobreza destituída de terras chegou à corte em busca de uma vida nova. Vemos como as circunstâncias sociais restringiram aqui as chances de toda uma camada, diminuindo, com isso, sua posição de poder e reputação na sociedade, assim como sua distância em relação às outras camadas.

7. Se pretendemos incluir o rei entre os nobres, podemos dizer então que ele, em virtude de sua função, era o único nobre do país cuja base econômica, posição de

poder e distância social não foram reduzidas por esses acontecimentos; muito pelo contrário, foram aumentadas.

Originalmente, assim como para todos os nobres, eram os produtos das propriedades do rei que constituíam sua principal fonte de renda. Essa situação havia se modificado há muito tempo. Tinham importância cada vez maior para os rendimentos do rei os impostos, ou tributos similares, que ele subtraía dos recursos financeiros de seus súditos. Assim, passou-se gradativamente de uma realeza em que o rei possui e distribui terras para uma realeza em que o rei possui e distribui dinheiro.

Os últimos reis do século XVI representam tipos intermediários. Em contrapartida, a realeza de corte dos séculos XVII e XVIII é, do ponto de vista econômico, uma realeza alicerçada em rendimentos financeiros. Sendo assim, enquanto a nobreza — que vivia essencialmente de suas terras no final do século XVI e começo do XVII, praticamente sem participar dos movimentos comerciais de sua época — empobrecia em decorrência da inflação, os recursos do rei, por diversos meios (sobretudo provenientes dos impostos ou da venda de cargos oficiais), não só podiam subir acompanhando a inflação, como chegaram a aumentar muito além disso, em consequência da crescente riqueza de certas camadas obrigadas a pagar impostos. Esses rendimentos cada vez maiores que afluíam para os reis, em virtude da peculiaridade de seu posicionamento na figuração da sociedade estatal, com o crescimento urbano e comercial desta, foram uma das condições mais decisivas para o relativo acréscimo do poder real. Distribuindo dinheiro a serviço de sua soberania, eles criaram o aparelho de poder. Neste caso, não pode passar despercebido o fato de que esses rendimentos dos reis não eram como os de comerciantes ou artesãos, ou seja, não se tratava propriamente de resultado de um trabalho, de uma atividade profissional. Eles eram pagos ao rei a partir da renda do trabalho das camadas profissionais por intermédio da atividade de funcionários remunerados. Uma das funções dos reis era controlar esses funcionários, coordenar suas atividades e tomar as decisões nos níveis mais altos de organização da sociedade estatal. Sob este ponto de vista, faz sentido dizer que os reis eram os únicos membros da camada nobre para quem essa mudança da figuração trouxe uma melhoria de suas chances. Pois eles podiam se dedicar a preservar, em linhas gerais, seu caráter senhorial, não precisando recorrer a nenhuma atividade profissional; contudo, podiam aumentar seus recursos financeiros com base no enriquecimento do país que governavam.

Enquanto o rei estava em ascensão, o resto da nobreza se encontrava em decadência; foi este o deslocamento de equilíbrio que comentamos anteriormente. E a distância que Luís XIV passou a manter entre si e a nobreza (distância manifestada conscienciosamente na etiqueta, por exemplo) não havia sido “criada” simplesmente por ele, mas por todo esse desenvolvimento da sociedade que dotou a função social do rei de chances imensas, enquanto diminuía as chances do restante da nobreza.

Igualmente significativa para o destino dos nobres foi a mudança na prática da guerra que se realizou no mesmo período. O peso comparativamente grande da nobreza medieval, no equilíbrio de tensões entre ela e os príncipes suseranos, não deixava de se basear em grande medida na dependência destes últimos em relação a seus nobres em todos os empreendimentos bélicos. Os nobres tinham que arcar sozinhos com a maior parte das despesas para os preparativos militares — armaduras, cavalos e armas, tanto para si quanto para seus homens —, usando os lucros de suas propriedades ou, em certos casos, os próprios produtos de pilhagens. Quando não acatavam o chamado de seu senhor para os campos de batalha, quando desertavam do exército após o período tradicionalmente prescrito, como acontecia às vezes, retornando para suas terras, suas vilas e suas cortes, apenas uma expedição punitiva podia forçá-los a permanecer nas frentes de batalha. Contudo uma expedição assim, ou mesmo a ameaça dela só prometia êxito quando o suserano comandava uma tropa bastante numerosa de guerreiros. Ora, uma tal força dependia, por seu turno, da confiança que ele depositava em sua nobreza guerreira.

No decorrer do século XVI as modificações na prática da guerra, que vinham sendo preparadas fazia tempo e que, em parte, estavam ligadas ao crescimento das operações financeiras, fizeram-se cada vez mais perceptíveis. A citação seguinte aponta algumas particularidades estruturais que distinguem o período de transição:

Nos exércitos franceses do século XVI misturavam-se elementos os mais diversos. Apenas em casos de necessidade, e sem muito proveito ou êxito militar, fazia-se a convocação da nobreza feudal. Na verdade, o antigo exército feudal estava desfeito. Os nobres em condições de guerrear incorporavam-se às companhias de cavalaria pesada, as companhias de ordenança, que formavam a *gendarmérie*: os *gendarmes* forneciam seus próprios cavalos e os equipamentos mais valiosos; os menos abastados eram incluídos nessas companhias como guardas montados ... Nos ataques pesados de cavalaria, mas também nos serviços pessoais, esses guerreiros, que tinham uma formação baseada na honra, eram indispensáveis aos generais. Mas o futuro não pertencia mais a esse tipo de arma. Separada dessa cavalaria, muito abaixo dela em termos de nível social, desenvolvia-se uma cavalaria leve, que se baseava cada vez mais no uso de armas de fogo ... Toda a organização do exército estava fundada no soldo.

Na balança de tensões entre a grande maioria da nobreza guerreira e o príncipe suserano, os pesos também foram se deslocando a favor deste último na esfera da prática da guerra. O afluxo crescente de recursos financeiros lhe permitiu contratar tropas para guerrear em seu nome. Comandantes de tropas, que eram ao mesmo tempo homens empreendedores, equipavam exércitos recrutados nas camadas inferiores. Em vez de doar feudos em troca de serviços militares, como se fazia na fase anterior do desenvolvimento da sociedade, menos monetarizada e menos comercial, agora o pagamento em moeda, o soldo, passava a ser a forma dominante de remuneração. Príncipes contratavam mercenários ou soldados. O

próprio termo "soldado" evoca essa fase do desenvolvimento social. Com isso, a dependência deles em relação à nobreza feudal tornou-se significativamente menor, ao passo que a dependência de fontes financeiras aumentava, trazendo todas as implicações daí decorrentes. O deslocamento do centro de gravidade na prática da guerra, com os exércitos, que eram recrutados nas camadas superiores, passando a ser recrutados em sua maior parte nas camadas inferiores, foi ainda mais favorecido pelo desenvolvimento das armas de fogo. As armas de tiro mais antigas, como por exemplo as bestas, também eram tradicionalmente armas de camponeses ou de outras tropas não-pertencentes à nobreza. Nas batalhas entre as cavalaria, elas tinham o papel de tropas de auxílio, entre outros motivos porque as armaduras de cavaleiros e cavalos limitavam o efeito das flechas disparadas. Com o desenvolvimento de armas contra as quais as armaduras não eram mais eficazes, sobretudo armas de fogo, o equilíbrio social se deslocou em detrimento da antiga nobreza guerreira. O desenvolvimento geral dos Estados, que possibilitou a seus príncipes a prática da guerra com exércitos de mercenários, favoreceu o aperfeiçoamento de armas de fogo para a infantaria e, simultaneamente, foi favorecido por elas.

No futuro poderemos representar mudanças de figuração desse tipo por meio de modelos mais precisos e abrangentes do que é possível neste estudo. Aqui é suficiente indicar que as crescentes chances financeiras, proporcionadas aos governantes por sua posição social, eram acompanhadas pela redução simultânea das chances financeiras tradicionais da nobreza rural. Do mesmo modo, a valorização cada vez maior da prática da guerra baseada em exércitos de soldados com armas de fogo era acompanhada pela desvalorização simultânea da prática de guerra tradicional dos cavaleiros. Essas circunstâncias diminuíam a dependência do soberano em relação à nobreza e aumentavam a dependência inversa. O deslocamento do equilíbrio de forças no relacionamento entre a nobreza e o rei não pode ser compreendido conceitualmente como se tivesse seu início em uma única esfera do desenvolvimento social. O incremento do comércio não pode ser compreendido sem referência à proteção das vias de comércio e à garantia legal do direito de comerciar, por parte do Estado, e vice-versa. Sem tropas suficientes, os reis não podiam esperar um rendimento regular proveniente do pagamento de impostos, e sem esse rendimento não podiam financiar exércitos poderosos.

8. São diversos os problemas que surgem da transição de um equilíbrio de forças para outro, de uma distribuição de poder para outra. Algumas indicações complementares ajudam a dar mais consistência ao esboço que traçamos. A distribuição de terras em um campo social baseado em trocas e a distribuição de dinheiro em um campo social fundado numa economia monetária, ambas feitas pelo rei, fundamentaram modos de relação muito diferentes. A primeira afastava os vassallos do rei espacialmente. Como o crédito era difícil e pouco desenvolvido, nunca havia facilidade para se permanecer muito tempo longe das próprias terras. Mesmo durante as campanhas e batalhas que levaram à vitória de Henrique IV, os

nobres logo deixavam o exército e voltavam para casa, caso não houvesse expectativa de nenhuma vitória ou pilhagem iminente.⁸

O dinheiro que o rei tinha para distribuir, porém, possibilitava e até obrigava os nobres a permanecerem em sua proximidade. Se a posse de terras produtoras de recursos naturais exercia uma pressão maior ou menor para que eles não deixassem suas propriedades, sua posse apenas como fonte de rendimento financeiro permitia que se afastassem delas; assim, o dinheiro que vinha diretamente dos recursos do rei, na forma de pensões ou presentes que podiam ser renovados por um favorecimento permanente ou retirados em função de um desfavorecimento qualquer, exerciam forte pressão para uma permanência duradoura perto do rei, compelindo as pessoas a comprarem a benevolência deste por meio de serviços pessoais renovados. Portanto, o tipo de dependência condicionado pela distribuição de recursos naturais, por um lado, e o tipo condicionado pela distribuição de salários, pensões e donativos, por outro, eram muito diferentes. Aquele permitia uma autonomia maior. Pois em seu feudo, quaisquer que fossem as dimensões deste, o nobre era um rei em dimensões menores, sendo que, uma vez concedidas e ocupadas as terras, o vassalo estava seguro. Pelo menos, ele não tinha necessidade de buscar incessantemente o favorecimento do rei a fim de conservar aquilo que lhe fora dado.

Quanto aos donativos em dinheiro, tinham de ser obtidos ininterruptamente, de algum modo retirados do tesouro real. Era muito mais fácil e rápido abolir uma pensão de alguém que retomar uma terra, ou as fontes de renda naturais que se encontravam em algum lugar distante da residência do rei. Assim, os indivíduos que dependiam de rendimentos financeiros do rei viviam em terreno mais instável do que aqueles que haviam recebido terras como propriedades feudais.

O favorecimento do rei sob a forma de renda financeira, para os beneficiados, encobria um risco maior, pois, ao mesmo tempo em que oferecia maiores chances de promoção social, exigia por parte do beneficiário atitudes e feições mais diferenciadas e complexas. Portanto, no primeiro caso, a falta de autonomia dos favorecidos, sua dependência em relação ao rei, era maior, mais visível e mais presente.

O rei que vivia em meio à sua corte, que distribuía dinheiro ou rendas, com todos os seus humores, ações e sentimentos, tinha poder sobre um grande círculo de seguidores de maneira imediata e permanente, um círculo maior do que o de qualquer rei em uma economia natural. Seu dinheiro atraía as pessoas.

Temos boas razões para comparar assim o rei que distribuía terras com o rei que distribuía dinheiro. Pois o segundo tipo procedia diretamente do outro, num processo gradual, dando-lhe seqüência em sua maneira de se comportar.

Em outras palavras, não é possível compreender a atitude dos reis da corte francesa, em relação à sua nobreza, no caso dos distribuidores de chances financeiras, se não percebermos que ela se desdobrou a partir da atitude do senhor feudal em relação a seus vassallos. A antiga ligação do rei com a nobreza, que se manifesta por exemplo quando o rei se denomina *premier gentilhomme*, quando a nobreza se

sente como a “*vraie force active, le corps vivant du pays*”,⁹ o dever tradicional que o rei tinha de sustentar os nobres, assim como o dever dos nobres de servir ao rei — nada disso desapareceu. Ao considerarmos a economia das pensões do Ancien Régime, não podemos esquecer o fato de que as antigas relações feudais estão presentes nessa economia, mesmo transformadas pela corte. Um dos elementos constitutivos desse comportamento do rei de corte em relação à nobreza de corte, e vice-versa, é o fato de ele ter se desdobrado a partir da antiga interdependência feudal dos reis cavaleiros e de seus vassalos e seguidores.

Entretanto, o ethos feudal era baseado, originalmente, em uma dependência equilibrada e recíproca por parte dos envolvidos. Onde quer que essa dependência fosse menor, por exemplo no caso dos grandes vassalos, esse ethos era facilmente violado. Os vassalos precisavam do príncipe suserano como um comandante que coordenava as ações, como um detentor e distribuidor das terras conquistadas; já o suserano necessitava dos seguidores e vassalos como guerreiros e líderes subordinados para a defesa de suas posses, ou para a aquisição de novas terras, como homens de confiança em suas batalhas e disputas. Além disso, o rei precisava do resto da nobreza — sem esquecer que provinham dela seus companheiros de caçadas e torneios, os amigos com quem convivia e os guerreiros ao lado dos quais lutava —, pois era apenas entre os indivíduos dessa camada que podia escolher seus conselheiros, mesmo se fossem religiosos. Do grupo de seus guerreiros provinham aqueles que administravam o país para ele, de modo mais ou menos autônomo, tributando e impondo a lei. No caso de uma dependência tão ampla da nobreza, por parte do rei, no caso de tal entrelaçamento entre os interesses dos nobres e os interesses reais, a distância entre o soberano e os outros nobres não podia tomar as proporções que chegou a ter mais tarde.

Com o passar do tempo, os príncipes suseranos foram se destacando cada vez mais da nobreza, passando por diferentes estágios. Eles podiam ampliar o próprio poder em detrimento dos outros nobres, em parte confiando a indivíduos de outra ordem — a burguesia, que lentamente emergira — funções antes reservadas apenas à nobreza e ao clero. Na França eles de fato conseguiram retirar quase todas essas funções da nobreza e concedê-las a homens que vinham da *roture* [plebe]. Nas mãos destes encontrava-se então a maior parte das funções legais, administrativas e mesmo ministeriais, no final do século XVI.

9. O que restava a nobreza para se fazer indispensável ao rei? Eis — como se vê — a questão crucial. Pois se é verdade que as relações vitais entre o rei e a nobreza se perpetuaram sob um forma modificada na corte, podemos contudo estimar que os antigos deveres, que o antigo ethos não teriam sobrevivido à desigualdade das chances do rei e da nobreza num campo social regido pela economia financeira, em que uma nobreza em vias de empobrecimento dependia para sua existência exclusivamente do rei, ao passo que este não a considerava mais, sob nenhum aspecto, uma ordem particular e insubstituível. Por que, então, o rei ainda precisava da nobreza?

Essa pergunta aponta para outra questão mais abrangente: cada instituição é o produto de uma bem determinada distribuição de poder no equilíbrio das tensões entre grupos humanos interdependentes. Uma instituição não é produzida apenas *uma vez*, mas produz-se durante certo período muitas vezes, repetidamente, como uma figuração que dura mais do que muitos indivíduos. Assim, podemos formular acerca da corte do Ancien Régime a questão da *produção e reprodução social da distribuição de poder*.

A pergunta feita antes, acerca do gênero e do grau de dependência recíproca entre o rei e a nobreza na corte, não passa de outra formulação do problema da produção e reprodução social da corte. A instituição social de uma fábrica, por exemplo, não pode ser compreendida enquanto não se tornar compreensível a estrutura do campo social que a produziu, em que sentido as pessoas eram e são dependentes umas das outras para se empregarem como trabalhadores de um empresário, e em que sentido, ou até que ponto, este depende delas. Assim, tampouco podemos compreender a instituição social da corte enquanto não estabelecermos as *fórmulas das necessidades*, isto é, o modo e a medida das interdependências que reuniram diversos indivíduos e grupos de indivíduos na corte e depois os conservou juntos.

Só assim a corte aparece a nossos olhos como era de fato, ou seja, não mais como um agrupamento reunido por uma vontade, ou criado aleatoriamente, caso em que não seria possível nem necessário perguntar por seu “porquê”, mas sim como uma figuração composta por pessoas de certas camadas, que voltava sempre a se produzir porque oferecia, aos indivíduos daquele modo relacionados entre si, chances de satisfazer diversas necessidades ou dependências criadas socialmente.

Da corte dos Capetos, sobretudo a corte de São Luís (1226-70), à corte de Francisco I, seguindo até à de Luís XIV e seus sucessores, existe uma linha de desenvolvimento contínua. O fato de a tradição de corte ter perseverado no país, mantendo-se viva do século XIII ao século XVIII, apesar de todas as transformações profundas na estrutura social, foi uma das causas mais importantes do refinamento de uma tradição cultural de corte na França, e de uma tradição tipicamente “francesa” em geral. Ora, esse desenvolvimento passa por uma virada decisiva nos séculos XV e XVI. Antes disso, um número cada vez menor de grandes vassalos tinha suas cortes ao lado do rei,¹⁰ de modo que a corte do rei francês era apenas a primeira, e nem sempre a mais rica, brilhante e significativa. Mas, durante esses séculos, com o crescente poder do rei, a corte real passou gradativamente a ser o centro máximo do país. Do ponto de vista dos nobres, tal desenvolvimento significou uma transformação da nobreza feudal, com uma economia baseada em terras, em uma aristocracia de corte. Quando tentamos determinar com mais precisão o período em que essa mudança ocorreu, vamos nos deparar sobretudo com o regime de Francisco I.

10. Como dissemos, Francisco I representou a passagem entre o rei cavaleiro e o rei cortesão, talvez tendendo mais para aquele pólo do que para este.

Justamente porque se tratava, no caso dele, de um tipo de transição, é difícil analisar com mais precisão a estrutura de sua corte — o que de qualquer modo não poderia ser feito aqui. Entretanto, como que tomando impulso para estudar a corte caracterizada pelas chances financeiras à disposição do rei em sua forma mais elaborada mencionaremos alguns elementos constitutivos da corte transitória do século XVI. “O século XVI”, diz um historiador francês, “viu nascer algo de novo na França: a sociedade aristocrática. A Nobreza substituiu definitivamente o Feudalismo, o que é uma revolução.”¹¹

De fato, acontecia uma espécie de revolução, e, no que diz respeito à nobreza, não se tratava apenas de uma transformação, mas quase de uma reconstrução.

Certamente ainda existiam alguns grandes feudos durante o reinado de Francisco I. Mas o rei não tolerava mais nenhuma independência, e suas *baillis* burguesas, suas cortes de justiça compostas por *roturiers*, os parlamentos, repeliam cada vez mais a forma feudal de administração e de justiça.

Ao mesmo tempo, Francisco I foi criando, ao lado da antiga nobreza de proprietários de terras — cujo ordenamento hierárquico correspondia à hierarquia dos feudos —, uma nova nobreza titular, na qual se incluíam desde simples fidalgos até príncipes e pares de França. Esses títulos de nobreza concedidos pelo rei ainda estavam ligados à posse de terras e à renda delas extraída; contudo, o nível hierárquico não dependia mais ou apenas da hierarquia tradicionalmente associada a determinados domínios, representando uma distinção concedida pelo rei, e com a qual as funções de poder estavam ligadas numa medida cada vez mais restrita. Em geral, o rei não respeitava mais a tradição presa à terra, rompendo-a a seu bel-prazer.¹² Eram principalmente os serviços militares que o rei recompensava com títulos de nobreza. Portanto, havia chances extraordinárias de ascensão para os *homines novi*, e em particular para os guerreiros. Formou-se, em parte paralelamente, em parte no interior da antiga, uma nova hierarquia da nobreza, na qual as distinções eram determinadas muito mais pelos títulos conferidos pelo rei e pelo rendimento em dinheiro ligado a eles do que pela tradição. As consequências disso para a nobreza logo se fizeram sentir. Já na segunda metade do século XVI, quase todos os nomes da aristocracia eram de origem recente.

Como antes, a nobreza continuou sendo uma ordem de guerreiros. Era sobretudo como tal que o rei necessitava dela. Entretanto, com base nas chances crescentes à sua disposição, ele empreendeu o que seria denominado, em relação a um período posterior, “racionalização”, reforma esclarecida: ele rompeu com a tradição e deu início a uma reestruturação da nobreza voltada para seus fins de dominação.

O aumento das chances que o rei tinha à sua disposição já pode ser percebido no fato de que suas despesas com presentes, pensões, ordenados etc. cresceram consideravelmente em relação às despesas de seus antecessores. Além disso, Francisco I também adotou aquela economia de dívidas que iria ser típica dos reis franceses posteriores. As reservas que eram acumuladas como tesouro de guerra logo são usadas, buscam-se novas receitas por meio da distribuição de rendas, do

aumento dos impostos, da venda de cargos oficiais e assim por diante. Mas tudo isso apenas demonstra como se ofereciam cada vez mais chances de poder para o rei, a partir do desenvolvimento de seu campo social e de sua posição específica dentro de tal campo.

Por conseguinte, o afluxo de pessoas para a corte era cada vez maior. É um traço marcante do caráter de transição desse período, em que começavam a ser controladas as novas formas surgidas no curso de tal desenvolvimento social, o fato de não haver nenhuma construção espaçosa o suficiente para abrigar a corte em expansão, pelo menos durante a primeira metade do reinado de Francisco I. Era preciso construir sempre novas habitações para essa corte baseada numa economia monetária, que crescia cada vez mais, até finalmente o castelo de Versailles, ao mesmo tempo símbolo do apogeu e da estagnação desse desenvolvimento. Trata-se de um fato bastante significativo para o paralelismo entre o desenvolvimento da corte do rei e o desenvolvimento da sociedade estatal como um todo. As tarefas de integração crescem, mais cedo ou mais tarde, à medida que aumenta a diferenciação das funções, que acompanha o desenvolvimento da sociedade e do Estado. Assim, de certo modo é possível notar no crescimento da corte real — com restrições, segundo a distribuição de poder específica nas sociedades dinásticas — o aumento da divisão do trabalho no seio da sociedade estatal.

Além disso, também é um fator característico desse período de transição o fato de os indivíduos reunidos na corte já viverem em dependência permanente do rei de uma maneira mais direta do que antes. Mas eles ainda eram, essencialmente, cavaleiros e guerreiros, e não cortesãos que algumas vezes iam para a guerra, como se tornariam depois. O período é repleto de guerras e expedições guerreiras, que tornam incerto o destino dos homens. Basta pensar no aprisionamento de Francisco I. Assim, a corte ainda tinha algo do caráter de um acampamento de guerra.

Ao que se acrescenta outra circunstância de importância considerável: quanto maior se tornava a corte, mais difícil era abastecê-la em um só local durante muito tempo.

Sabemos que já se fizeram tentativas de esclarecer o surgimento das grandes cidades pré-capitalistas a partir da concentração de um poderoso grupo de consumidores nas cortes dos príncipes ou dos reis.¹³ Temos aí um exemplo eloqüente do quanto o esclarecimento de um determinado fato a partir de uma única razão permanece sempre, na elucidação de processos sociais, um esclarecimento parcial. Simples conexões “causa-e-efeito” não bastam aqui como forma de esclarecimento. No caso em questão, a tarefa também diz respeito à apresentação de interdependências, pelas quais o desenvolvimento de uma formação social isolada está ligada ao desenvolvimento da cadeia de funções na sociedade toda. O aumento da camada consumidora na corte e, com ele, o crescimento da cidade pré-capitalista não constituem por si relação de causa e efeito, trata-se de funções de uma metamorfose na estrutura da figuração como um todo. Apenas um conjunto de diversos fatores, como os progressos da circulação do dinheiro e das mercadorias, a

expansão do comércio, a comercialização do campo social, permite manter uma quantidade de pessoas *permanentemente* reunidas em um único lugar, cujos arredores não eram suficientes para a alimentação de grandes contingentes. Além disso, era preciso que as relações entre os proprietários de terras tivessem assumido, direta ou indiretamente, o caráter de transações financeiras, era preciso que a própria circulação de dinheiro tomasse determinadas formas, mais seguras, para que uma parcela dos proprietários se liberasse de suas terras e pudesse fixar residência permanentemente longe delas, na cidade, como um grupo consumidor. A formação da camada consumidora na corte é, em outras palavras, um processo parcial dentro de um movimento mais abrangente.

Quanto mais unificada a administração, quanto mais amplo o domínio do qual o rei tirava seus rendimentos, quanto maiores esses rendimentos com a crescente comercialização e eficiência da administração civil e militar, tanto maior podia tornar-se a sociedade consumidora que vivia e se beneficiava, direta ou indiretamente, dos rendimentos e posses do rei. Maiores também eram as vantagens daquela cidade, para a qual afluíam de todo o reino, no fim das contas, as somas destinadas ao rei. É neste contexto que devemos compreender a estrutura da corte naquele período de transição. Até o século XVII, ela ainda não estava fixada em um local determinado. Paris era de fato a capital do rei, mas outras cidades rivalizavam com ela em termos de importância. Estavam apenas começando a centralização absoluta, a produção de uma *única* sociedade aristocrática e, com isso, a formação e consolidação de um tipo humano bem determinado que seria modelo para todos os outros. A corte real ainda mostrava-se peripatética,¹⁴ viajando de castelo em castelo. Montados em cavalos e animais de carga, viajavam o rei, os grandes senhores e também as damas, com todo o seu séquito. Uma longa fileira de carruagens, carroças e seguidores de todos os tipos os acompanhava, e até mesmo os móveis, tapetes, talheres e louças seguiam junto na peregrinação da corte.

Desse modo, as artérias que ligavam a vida na província à vida na corte, a vida no campo à vida na cidade, ainda não eram tão congestionadas quanto mais tarde, embora tal processo de congestionamento já se fizesse sentir, com uma parte considerável da nobreza passando a morar permanentemente na corte e afastando-se de suas propriedades. Realiza-se então um processo de distanciamento. Mas a movimentação perpétua da corte não permite ainda que a distância seja consolidada.

A estrutura básica das repartições e dos cargos de corte já anuncia, em linhas gerais, aquela de Luís XIV, embora em escala menor. Um *grand maître de l'hôtel* supervisionava todos os cargos da casa real. Tanto ele quanto *le grand écuyer*, *le grand chambellan*, *le grand échanson* e outros detentores de grandes cargos eram pessoas poderosas não só na corte, mas em todo o reino. É possível reconhecer o quanto a nobreza estava crescendo, progressivamente inserida na casa real, sobretudo pelo fato de ter se tornado costume, durante o reinado de Francisco I, que os reis e os príncipes de sangue se fizessem servir por nobres, mesmo nas funções

subalternas, como por exemplo na de criado de quarto.¹⁵ Entretanto, todas as relações são fluidas nesse período, algumas mais outras menos; o ordenamento hierárquico dos cortesãos é instável, a transmissão hereditária de cargos é mais restrita. Por isso a mobilidade da corte e a vida guerreira não deixam muito espaço para elaboração de uma etiqueta rígida.

Mas uma tendência que tem especial importância daí em diante já aparece nitidamente durante o reinado de Francisco I. A distância existente entre os que pertencem e os que não pertencem à corte ganha peso cada vez maior, no campo social. À medida que as funções tradicionais dos suseranos, dos vassallos e dos cavaleiros — nas quais a distância entre a nobreza e as outras camadas estava baseada até então — perdiam a importância, tanto maior era o valor social de se “pertencer à corte”, como fundamento da distância e do prestígio.¹⁶ A linha divisória assim estabelecida também dividia a própria nobreza. Uma parcela da antiga nobreza passou a fazer parte da nova aristocracia, cujo critério era o pertencimento à corte; em contrapartida, uma outra parcela da nobreza não conseguiu se juntar ao novo grupo, fechando-se em si mesma. Ao mesmo tempo, uma série de burgueses teve acesso a esse grupo, e chegava a progredir dentro dele. Realizava-se, assim, durante esse período, uma reestruturação da nobreza, fundada em outro princípio de distanciamento e de constituição.

É da maior importância para estrutura social do Ancien Régime a existência conjunta e paralela dessas duas formas de distanciamento. Uma das formas se baseia na função aristocrática e feudal herdada, ou em funções profissionais; a outra se baseia no pertencimento ou na proximidade da corte, situação que se manifesta na existência de uma nobreza de corte e de uma nobreza que não faz parte da corte, e mais tarde também na existência de uma burguesia que estava mais próxima da sociedade de corte, almejando chegar a ela, e de uma burguesia de profissionais que não eram da corte.

“Os *seigneurs* dos reis franceses a princípio não eram simples conselheiros, mas legisladores.”¹⁷ A partir de Filipe IV, o poder do rei em relação à nobreza aumentava *de modo gradual e contínuo* na França, a despeito de certas oscilações; no período que costumamos denominar Renascimento, com Francisco I, e no século XVII, com Henrique IV, apenas se consumou algo que já vinha sendo preparado há tempos. Eis um dos principais motivos pelos quais muitos aspectos da ordem medieval e feudal, embora tendo sido transformados na ordem da corte, foram preservados. Não foi repentinamente e num tempo curto, mas ao longo de um processo gradual que os direitos de dominação da nobreza e a voz de decisão dos estados gerais foram sendo revogados pelo rei.¹⁸ Podemos perceber o papel decisivo desempenhado “pelo livre acesso ao controle dos recursos financeiros dos súditos por meio de sua independência das assembléias dos estados”,¹⁹ por exemplo, quando comparamos a situação de Francisco I, que era praticamente independente das deliberações dos estados, com a de Carlos V, muito mais amarrada e difícil no que diz respeito a essa relação.

No século XVI houve uma espécie de reação. As assembléias eram convocadas com mais freqüência, as lutas²⁰ entre as classes e os reis, em torno da divisão e das chances de poder do reino, voltaram a se acirrar. Certamente os bastidores sociais das guerras religiosas francesas são relativamente difíceis de perceber sem uma investigação sociológica muito atenta — ainda não realizada. E isso sobretudo porque nelas, desconsiderando as divergências propriamente religiosas entre os grupos, misturavam-se de diversas maneiras as disputas pela coroa entre facções das grandes famílias, e as lutas da nobreza empobrecida e desagregada pelos efeitos da economia com vistas a obter uma nova estabilidade. Ao mesmo tempo, tanto no caso de uma parte da nobreza quanto, sobretudo, no caso das camadas urbanas, também se misturavam a tais disputas fortes tendências a buscar a preservação ou restabelecimento dos direitos e da liberdade dos estados.²¹

Contudo, ainda que seja verdade afirmarmos que no fim das guerras religiosas, com a vitória de Henrique IV, decidiu-se também a vitória da realeza absolutista sobre todas as camadas sociais oponentes, portanto inclusive sobre a nobreza, existe um dado que não pode ser omitido. De fato, até certo ponto essas afirmações expressam corretamente o desfecho de tais lutas; entretanto, as frentes em conflito e as intenções dos combatentes não podem ser definidas exclusivamente assim. Como acontece com freqüência, as conclusões são formuladas aqui como se aquilo que veio depois fosse idêntico ao que determinados indivíduos e grupos pretendiam de fato, antes. Certos indivíduos são vistos como planejadores, criadores e autores daquilo que só pode ser compreendido de fato a partir de toda a imbricação social dos homens e suas pretensões, a partir da posição do campo social em seu conjunto e a partir das chances por ele oferecidas a uns e a outros.

11. Henrique IV era, originalmente, um grande vassalo do rei da França, uma espécie de príncipe territorial, sendo pouco provável que aprovasse prontamente, nessa posição, a idéia de reprimir todos os grandes vassalos em favor do poder absoluto do rei francês. Depois, ao tornar-se rei, a princípio sem deter o poder de fato, sobretudo o poder financeiro de um soberano, foi justamente ele quem lutou, liderando um exército de cavaleiros nobres de *estilo antigo*,²² contra exércitos de mercenários enviados em parte pelo rei da Espanha, em parte pelo papa. Ele não podia pagar por seus próprios meios um exército de mercenários de força considerável; assim, o homem que mais tarde abriria de maneira praticamente definitiva o caminho para o poder absoluto do rei, inclusive e especialmente em relação à nobreza, conquistou sua vitória com o auxílio da própria nobreza, liderando um exército de nobres. É claro que ele também foi amparado por forças externas, que lhe enviaram dinheiro e tropas, além de ter sido um tanto favorecido pelas circunstâncias (como a morte de Gregório XIV) e pelas desavenças entre seus inimigos.

Podemos dizer com justiça que, ao final das guerras religiosas, a luta entre a realeza e a nobreza no fundo estava decidida, e o caminho para a monarquia absolutista encontrava-se livre. Nessas guerras, uma nobreza católica, a favor da

realeza, lutou lado a lado com os protestantes de todas as camadas nas frentes de batalha de Henrique IV contra uma outra parte da nobreza, aliada às cidades católicas, ao clero, ao rei da Espanha e ao papa. Portanto, mesmo sem levarmos em conta os movimentos sociais, já mencionados, que favoreciam a expansão do poder de um rei e lhe forneciam os meios de assegurar e organizar seu reino, são precisamente tais guerras que mostram um outro aspecto da situação social, da qual se originou a supremacia do rei sobre os representantes de todas as outras funções.

Os próprios contemporâneos de Henrique IV viam simplesmente, em muitos casos, que um rei estava lutando à frente da nobreza contra uma coalizão de famílias nobres concorrentes, de corporações urbanas e de parte do clero. As frentes de batalha certamente não eram muito claras, pois algumas cidades protestantes também apoiavam Henrique IV. O certo era que do lado dos protestantes encontrava-se a nobreza católica a favor da realeza, composta por nobres moderados em acirrada oposição aos grupos católicos radicais dos oponentes, já que o regicídio, o assassinato de Henrique III, fora tramado nos acampamentos de guerra desses grupos, onde ele era reverenciado.

Como sempre acontece em tais casos, os motivos pelos quais a maioria da nobreza aliou-se a Henrique IV eram vários. Um dos mais evidentes, que levou à oposição ao clero católico, deve ser mencionado aqui, visto que em geral não recebe a atenção devida.

Francisco I garantira para si, por meio de uma concordata, o controle sobre uma grande parte dos lucros eclesiásticos na França. Possuía assim em suas mãos, depois que as propriedades reais se reduziram, ao menos parcialmente, um fundo a partir do qual podia voltar a recompensar regamente os nobres que o merecessem. Assim, uma boa parte da nobreza da França tornou-se beneficiária das propriedades da Igreja, a exemplo do que ocorrera do outro lado do canal da Mancha, onde uma parcela da nobreza da Inglaterra recebeu terras expropriadas da Igreja com base em medidas análogas tomadas por Henrique VIII. Em ambos os casos, o procedimento dos reis levou uma parte importante da nobreza a um conflito com o clero. Seria interessante acompanhar a partir de quais interdependências uma parte considerável da burguesia da capital inglesa tomou o partido dos inimigos da velha Igreja, enquanto na França era Paris que “valia uma missa”. Mas o que aqui nos interessa é o problema da nobreza.

A penhora dos lucros eclesiásticos por parte de Francisco I, e sua utilização para recompensar os serviços que os homens prestavam ao rei, criou uma situação que devia provocar conflitos de interesse de longa duração entre a nobreza e o clero.

Brantôme descreveu essa situação e esse conflito de interesses com tanta lucidez que suas palavras valem mais que quaisquer comentários:

O que decidiu o rei Francisco à concordata com o papa a fim de abolir todas as eleições para os bispados, abadias e priorados, concedendo a si mesmo o direito de nomeação, foram em parte os enormes abusos que se haviam cometido nas eleições, em parte o

desejo do rei de obter uma nova fonte de recursos para recompensar sua nobreza. Os rendimentos da terra da Coroa e os impostos não eram suficientes, pois serviam para cobrir os altos custos de guerra. Achava que era melhor recompensar os homens que o haviam servido proveitosamente, usando os bens expropriados da Igreja do que deixar tal riqueza para esses monges preguiçosos, gente que, dizia ele, não servia para nada que não fosse beber, comer, esbaldar-se, jogar, e também para tecer cordas de tripa, construir ratoeiras ou capturar pardais.

Devo observar aqui, porém, que desde algum tempo antes, especialmente desde a fundação da Liga, entraram em cena certas pessoas conscienciosas ou, mais exatamente, adutores astutos, que começaram a reclamar muito dos nobres, possuidores de bens da Igreja. Eles afirmavam que esses bens não lhes pertenciam, mas aos religiosos, e que aquilo era um erro grosseiro e uma violação, algo que pesava sobre a consciência do rei.

Isso seria admissível se os nobres tivessem aqueles mesmos bens da Igreja como propriedades privadas. Mas assim, que dano é causado ao direito de posse desses senhores ..., se, após manterem as abadias, e os monges, e os pobres, pagando o dizimo e outros tributos ao rei, os nobres aproveitam o excedente, uma ninharia, meras migalhas que caem da mesa do seu senhor (o rei), para servi-lo melhor?²³

E em outra passagem Brantôme diz: "Ouvi muitas pessoas sensatas se espantarem com o fato de que um grande número de fidalgos na França pudesse juntar-se à Liga, pois se ela tivesse a supremacia não haveria nenhuma dúvida de que o clero lhes teria despojado dos bens eclesiásticos."²⁴

Temos aqui, apresentado drasticamente, um dos motivos pelos quais a grande maioria da nobreza estava contra a "Santa Liga". Mas, por outro lado, estavam a favor do clero sobretudo as cidades, com Paris na dianteira, já que a capital havia crescido enormemente no século XVI e pouco a pouco começava a desempenhar, com suas diversas corporações burguesas, um papel preponderante na história da França. É claro que também havia nobres a favor da Liga. Sobretudo na liderança do partido católico radical, havia indivíduos oriundos das grandes famílias com pretensões ao trono. Mas os "grandes" da França nunca chegaram a formar uma frente única, por motivos fáceis de compreender. Esse pequeno grupo de famílias concorrentes entre si, tendo à frente os príncipes de sangue e os nobres que dependiam deles, acabava se aliando, conforme a necessidade, a outras grandes forças sociais do país, a fim de que defendessem sua causa. Traçamos este rápido esboço dos fundamentos sociais dessas lutas porque ele permite compreender o fato peculiar de que o sistema social na França, apesar de todas as perturbações, revoltas e lutas que marcaram esses séculos, voltou sempre a se equilibrar, retomando de modo contínuo a direção de uma monarquia absolutista.

O que encontramos nas lutas do século XVI e também do XVII são, em termos gerais, "corporações burguesas" que já se tornaram suficientemente ricas, numerosas, poderosas e conscientes de seu valor, a ponto de oporem uma feroz resistência às reivindicações de dominação e poder da nobreza. Todavia, elas não têm capacidade nem força suficiente para reivindicar a dominação para si mesmas. Por

outro lado, o que encontramos é uma nobreza ainda forte o bastante para desafiar a camada burguesa ascendente e afirmar-se em relação a ela, mas já fraca demais, sobretudo do ponto de vista econômico, para conseguir sua dominação sobre a burguesia. O fator decisivo nessa situação é que as funções judiciárias e administrativas da época já não cabiam mais à nobreza, de modo que ricas e poderosas corporações, à frente o parlamento, deram origem a uma espécie de camada superior da burguesia. Assim, com sua base financeira reduzida, a nobreza precisava do rei para fazer face à pressão das camadas burguesas e à sua riqueza crescente; as corporações burguesas necessitavam do rei, que as protegia das ameaças, pretensões, e também dos privilégios unilaterais de uma nobreza ainda presa à tradição cavalheiresca. Uma figuração com tal equilíbrio de tensões, na qual as duas ordens preservavam um razoável equilíbrio (em todo caso nenhum dos grupos antagônicos conseguia manter durante muito tempo uma preponderância decisiva sobre o outro), dava ao rei legítimo, aparentemente distanciado de ambos os grupos, a chance de aparecer pacificador, trazendo para os adversários esgotados a tranqüilidade ansiada por todos. De fato, era essa uma das principais tarefas de Henrique IV. Ela também contribuiu de maneira decisiva para a sua vitória. No final, o rei sempre renovava o seu caráter de aliado de todas as camadas ou corporações ante as ameaças de outros grupos e corporações que elas não podiam dominar sozinhas.

12. O que foi apresentado acima a respeito do grupo central do rei absolutista, de sua esfera de ação primordial, a corte, vale também, com as modificações correspondentes, para a esfera de domínio mais ampla do rei: ele governava porque e enquanto os grandes grupos sociais da burguesia e da nobreza, em acirrada rivalidade pelas chances de poder, mantinham a balança em equilíbrio. Seria preciso verificar se com isso descobrimos uma lei sociológica que rege de maneira geral as estruturas da sociedade absolutista de corte. Se assim fosse, poderíamos dizer: as chances do príncipe aumentam, dentro de um campo social organizado em ordens, quando e porque o poder social que as forças sociais conferem — em conexão com a progressiva predominância da economia monetária — aos grupos burgueses e aos grupos aristocráticos não permite que nenhum deles prevaleça em sua luta pela supremacia. O príncipe reina, por sua vez, e de modo tão absoluto, que cada uma das camadas adversárias precisa dele na luta contra a outra, porque pode jogar uma contra a outra. O fato de ele ser oriundo de uma das duas facções, a nobreza, tem um significado notável para a estruturação da corte, mas para isso também contribuem outros fatores. Como ele pode se apoiar nos grupos burgueses em determinadas questões, cada vez mais vai deixando de ser um *primus inter pares*, distanciando-se da nobreza; e, pelo fato de poder se apoiar nos grupos aristocráticos no que diz respeito a outras questões, distancia-se da burguesia. E assim como ele reina sobre sua corte mantendo as distâncias, ele mantém em xeque as ordens e os grupos de seu reino vigiando e controlando o equilíbrio das tensões.

Não importa, portanto, se podemos encontrar essas estruturas em outros países; no caso da França não é difícil comprová-la. Quase não seria preciso insistir no fato de que apontar todas as chances oferecidas ao rei a partir da situação de seu campo social, das quais ele podia e devia se servir para consolidar sua dominação, não diminui a grandeza dos reis nem as suas realizações. Mas isso é sempre interpretado como uma redução ou mesmo uma negação do valor da personalidade. Ao contrário, só se compreende propriamente em que consiste a grandeza de um indivíduo quando se observam as interdependências e as restrições a partir das quais e dentro das quais esse indivíduo age e pensa. Em conexão com essa função dos reis de equilibrar um campo cheio de tensões sociais, deve-se notar, ao mesmo tempo, uma particularidade na atitude das camadas superiores da França em relação ao rei: a saber, a ambivalência de sua atitude, que se torna mais perceptível à medida que os reis se apoderam, graças à sua situação de árbitros, de todos os recursos do reino.

Cada uma dessas camadas — o grupo de elite da camada burguesa, os parlamentos, assim como o grupo de elite dos nobres, a hierarquia da nobreza de corte — gostaria de restringir o poder do rei. E as tentativas nesse sentido, ou pelo menos vontade reprimida, perpassam todo o Ancien Régime, embora raramente apareçam às claras durante o reinado de Luís XIV. Mas, ao mesmo tempo, cada uma dessas camadas precisava da força e do poder do rei legítimo para proteger e conservar sua própria posição diante das múltiplas ameaças e restrições a que estavam submetidas, no período de uma crescente interpenetração de outros grupos. Assim, em certas ocasiões, muitos grupos nobres chegaram a se aliar aos parlamentos contra os representantes do rei, como por exemplo na época da Fronde. Entretanto, eles só seguiam juntos por um pequeno trecho, pois logo temiam o aumento do poder de seus aliados momentâneos, mais do que o poder do rei. Essa atitude nitidamente ambivalente e a situação de conflito por ela gerada possibilitam alianças dos diversos grupos dominantes, inclusive contra o rei, mesmo que por pouco tempo — a massa dos burgueses desempenhando, quase sempre, um papel mais ou menos passivo até a Revolução e servindo de instrumento para as pretensões dos grupos de elite. Após uma breve coalizão, contudo, um ou outro dos grupos volta a se aproximar dos partidários do rei, abandonando a aliança com o grupo restante. Dos dias das guerras religiosas até o período que antecedeu a Revolução, esse foi um dos padrões constantes, a despeito de todas as alterações e deslocamentos do equilíbrio social, nessa fase de desenvolvimento da figuração.

13. Contribua para isso o fato de que nem a burguesia nem a nobreza — para não mencionar o clero, cuja atitude nesse jogo de forças devia ser objeto de uma análise à parte — era homogênea. Os parlamentos, por exemplo, que no século XVII representavam um grupo de elite plebeu, e no século XVIII uma camada intermediária entre a nobreza e a burguesia, denominada *noblesse de robe*, aproveitavam-se com bastante frequência da massa do povo, muitas vezes protegendo os

direitos tradicionais quando considerados favoráveis a seus próprios interesses, sobretudo os interesses das corporações de ofícios. Mas, ao contrário do que ocorria em muitas cidades, eles não tinham nenhum interesse especial na antiga organização das ordens, muito menos na convocação dos Estados Gerais. Pois reivindicavam para si a tarefa de representar a nação, de fazer objeções e admoestações ao rei em nome dela contra os decretos que lhes parecessem ilegítimos. Em certas circunstâncias, negavam o registro de tais decretos, necessário para que tivessem força de lei, justificando-se por serem herdeiros do antigo conselho do rei (*Conseil du Roi*) e, assim, considerando-se superiores aos Estados Gerais. Por outro lado, em função de seus privilégios e dos cargos que haviam comprado e que representavam sua riqueza, estavam intimamente ligados à realeza. Pois, contra as tentativas de outras ordens, sobretudo da nobreza, de abolir a venda de cargos e, com isso, a base fundamental de sua existência, os burgueses parlamentares dependiam da ajuda do rei. E também dependiam do rei quando distúrbios e levantes populares (para os quais eles mesmos contribuíram notavelmente, como no caso da Fronde por exemplo) ultrapassavam certa medida e ameaçavam a segurança de suas propriedades.

Os membros do Parlamento às vezes fazem barulho mexendo suas cadeiras, mas não têm vontade de morrer sob elas, abatidos pela mão dos bárbaros. Esses pais da pátria se lembram sempre no último momento de que são pais de família e que a boa e saudável tradição burguesa exige que não deixem reduzir para seus filhos o capital que receberam de seus ancestrais. E assim o conflito entre o Rei e a grande *Robe* assume um caráter acirrado que chega às vezes à prisão mas se detém na frente da bolsa.²⁵

Justamente porque o prestígio do cargo e a algibeira dos grandes indivíduos da *robe*, assim como a apropriação de rendas vinculadas a certos cargos, estavam intimamente ligados à permanência da dominação tradicional do rei, originou-se aquela atitude ambivalente dos parlamentos e de toda a *noblesse de robe* em relação ao rei. Eles queriam participação no governo, e, em consequência disso, restringir o poder do rei, mas tinham necessidade da realeza porque sua existência e seus cargos estavam fundados nela. Portanto, à medida que a posição de poder da realeza superava de longe a de todas as outras camadas, seus conflitos com o rei têm um desdobramento típico: "Deliberação da assembléia das Câmaras, decreto do conselho, i.e. o Rei, que cassa a deliberação, resistência da Companhia, cólera do príncipe, amarguras, ressentimentos e, finalmente, obediência dos rebeldes."²⁶ Isso se aplica ao século XVII. Mais tarde, quando a posição dos reis foi se enfraquecendo em relação aos outros grupos do campo social, eles mesmos, que antes subjugavam e administravam as tensões e reivindicações dos grupos, tornaram-se peças do jogo, necessitando de alianças com esses outros grupos. No decorrer do século XVIII, tais conflitos típicos têm um outro desdobramento: terminam, cada vez mais, com a vitória do parlamento. Entretanto a atitude deste, como um todo, é característica de uma abastada camada intermediária com diversas frentes: con-

tra a nobreza, contra o clero e ocasionalmente contra o povo, eles necessitam da força do rei; contra o rei utilizam muitas vezes o povo e se aliam ocasionalmente à nobreza. Fazem alianças sobretudo com a alta nobreza, com a qual essa camada tem em comum o fato de não possuir, como era o caso da massa da nobreza, interesses diretamente ligados a um estado. Em relação ao clero, caso não se tratasse de homens provenientes de seu próprio círculo, sua atitude é radicalmente intransigente, sobretudo em relação aos jesuítas.

Isso mostra a força dos rivais oriundos da burguesia, com os quais a *noblesse d'épée*, destituída de quase todas as funções administrativas e jurídicas, tinha de lidar. Ao mesmo tempo, vemos claramente por que e o quanto essa nobreza necessitava do rei, e como os reis podiam fundar e consolidar sua dominação com base em grupos sociais que se aproximavam e mantinham um equilíbrio mútuo, até que finalmente eles mesmos fossem cada vez mais diretamente envolvidos na cadeia das tensões e das interdependências.

14. Assim como o terceiro estado, a própria nobreza estava dividida em diversos grupos, o que complicava a situação, aumentando o número de frentes e as possibilidades de aliança. Aqui também podemos deixar de lado a nobreza camponesa da província, que, na época que se estende das guerras religiosas à Revolução, não tinha mais nenhum papel político e nenhum poder.

Eram bem diversas as situações da alta nobreza, por exemplo dos príncipes e duques, que eram chamados de "Grandes".²⁷ Pois, esses "Grandes" estavam especialmente próximos ao rei dentro da hierarquia da nobreza. Seus parentes mais próximos constituíam, de certo modo, o núcleo de tal nobreza, e minar a autoridade, a plenitude do poder do rei em relação às outras camadas não era sua intenção, uma vez que prejudicaria também sua própria posição privilegiada no reino, pois sua reputação estava estreitamente vinculada à do rei.

Por outro lado, justamente por estarem tão próximos do rei, esses "Grandes" eram especialmente invejosos de seu poder, especialmente ressentidos por sua posição subordinada, seu rebaixamento ao nível de "súditos" e, sob tal aspecto, a uma igualdade com todos os outros súditos.

Marmontel, no verbete da *Enciclopédia* que se refere aos "Grandes", apresentou de modo muito claro, embora um tanto adornado ideologicamente, essa atitude ambígua. Após discorrer, para fundamentar sua análise, sobre a imagem do Estado como uma máquina que só é mantida em movimento por meio de uma sincronização exata de todas as partes — imagem freqüentemente usada no século XVIII —, ele descreve a situação dos "Grandes" da seguinte maneira: "Primeiros súditos, eles são escravos se o Estado se torna despótico; eles retornam à massa, se o Estado se torna republicano; eles se voltam então para o príncipe pela superioridade deste sobre o povo; para o povo, pela dependência deste em relação ao príncipe ... também os grandes se apegam à constituição monárquica por interesse e por dever, dois vínculos indissolúveis."

Ao mesmo tempo, esses "Grandes" representavam grande perigo para o rei. Pois era desse círculo, e apenas dele, que podiam surgir os rivais. De fato, até mesmo na época de Luís XIV havia um plano, concebido em tal círculo, de forçar o rei a abdicar e substituí-lo por um de seus parentes. E, embora no século XVIII os reis voltassem a nomear ministros entre a pequena e a média nobreza, desde Luís XIV fazia parte da tradição do regime, raramente quebrada, negar até onde fosse possível qualquer participação no governo a esses "Grandes", incluindo participações não-oficiais. O que também é um exemplo das tensões e oposições dentro da própria nobreza.

A *Enciclopédia* afirma em certa passagem:

A ambição dos "Grandes" parece direcionar-se para uma aristocracia; contudo, mesmo que o "povo" se deixasse conduzir a ela, a nobreza simples iria opor-se, pelo menos enquanto não lhe fosse concedida uma parcela da autoridade. Mas nesse caso os "Grandes" teriam 20.000 iguais em lugar de um senhor e por isso nunca concordariam com tal solução. Pois a ambição de governar, que é a causa das revoluções, sem dúvida sofre bem menos intensamente diante da supremacia de um único do que da igualdade de um grande número.²⁸

Essas alternativas mostram perfeitamente os aspectos sociais e psicológicos da figuração de tensões — vista da perspectiva dos "Grandes". A "superioridade" do rei é sua melhor garantia de distância em relação aos que estão abaixo. Cada luta contra a superioridade do rei os obriga a procurar aliados nas camadas inferiores, e seu orgulho sofre ante a perspectiva de se colocar no mesmo patamar deles. A exigência de distanciamento e de superioridade, de preservar sua existência como "Grandes", os força a adotar uma atitude ambivalente, cheia de repulsões e atrações tanto para cima quanto para baixo — atitude sem saída.

Um outro fenômeno vem complicar a situação dos "Grandes": seu círculo é tão pequeno e, além disso, tão intimamente ligado à realeza, que seus membros não defendem os interesses de uma "classe", de uma "ordem", da nobreza como um todo, embora em determinadas circunstâncias se coloquem à frente de seus interesses ou, para conseguirem alianças, façam pelo menos algumas concessões à nobreza, como foi o caso do regente. Todavia, nesse pequeno círculo, dentro do qual cada um vê em quase todos os outros um rival direto, cada indivíduo age em função de seus interesses pessoais, isto é, em função dos interesses de suas "casas". O grupo dos "Grandes" era sempre dividido em casas rivais e facções inimigas. Pelo menos até a época de Luís XIV, e de modo mais discreto e dissimulado durante o reinado de seus sucessores, cada uma dessas casas queria, se não tomar o poder, partilhá-lo, como os grandes vassallos do rei.

Ora, quando um dos "Grandes" fazia uma investida nessa direção, mostrava-se com muita clareza o modo como o equilíbrio de tal campo social acabava sempre pendendo para o rei legítimo. Certos fatores podiam mudar, mas a estrutura básica permanecia, ou seja, o equilíbrio possuía uma base poderosa o bastante para estabelecer sua dominação em relação a todos os outros grupos e ao rei.

Em conseqüência disso, todo usurpador acabava envolvido na rede inextricável dos diversos grupos e frentes sociais. Quanto mais forte ele se tornava, mais fortes as uniões de todos os outros. Quanto ao rei legítimo, porém, ou ao herdeiro legítimo, desfrutava de uma grande vantagem: a legitimidade. Pois esta o distanciava não apenas de seu próprio grupo, mas também de todos os outros grupos e camadas sociais, predestinando-o para sua função de conservar e estabilizar o equilíbrio sempre instável do campo social.

Um exemplo típico dessa situação é a trajetória de um dos homens mais importantes dessa camada, o grande Condé. Quando Mazarin estava no governo e Luís XIV ainda era menor de idade, os grupos mais diversos se aliaram por algum tempo, pela última vez antes da estabilização definitiva da realeza absolutista, para lançar um ataque conjunto contra o monopólio da realeza, representado pelo ministro. Os parlamentos, a camada nobre, as corporações urbanas, os representantes da alta nobreza — todos tentaram se aproveitar da fraqueza momentânea da realeza, da regência da rainha exercida por um cardeal. Contudo, essa revolta da Fronda revelou exatamente o quadro caracterizado há pouco: grupos se aliam contra o ministro, o representante da rainha; parte dos aliados faz um acordo com o ministro; abandona a aliança; enfrenta aqueles que estavam a seu lado; e acaba retomando, em parte, a aliança com estes. Cada um desses grupos quer enfraquecer o poder do rei, mas ao mesmo tempo todos temem reforçar o poder de grupo rival. O príncipe Luís II de Condé é uma das peças mais importantes nesse tabuleiro. O que ele quer é bem claro, e inicialmente é algo que transcende a Fronda propriamente dita: participação nas chances de poder dos monopólios do Estado. Em outubro de 1649, exige “que, sem seu conhecimento prévio e seu conselho, nenhum alto posto seja ocupado, nem na corte nem na guerra, tanto para os negócios internos quanto para os externos; que seus servidores e amigos sejam levados em consideração no caso de vagar algum posto; e que nenhuma decisão a respeito de assuntos importantes seja tomada sem a sua autorização”.²⁹ Inicialmente, Mazarin lhe promete cumprir suas exigências, depois se alia aos adversários de Condé. Para manter as aparências, ainda escreve uma carta para o príncipe no dia 16 de janeiro de 1650, na qual assegura solenemente que nunca irá separar-se dele e pede por sua proteção. No dia 18 de janeiro, manda prendê-lo.

Mas com isso a situação se reverte rapidamente. O temor diante de Mazarin espalha-se por todos os lados. Outros Grandes, que temem compartilhar do mesmo destino de Condé, os parlamentos, as assembléias corporativas dos nobres em Paris, todos pressionam para a libertação do príncipe. No dia 18 de fevereiro ele retorna a Paris. Ranke, como sempre incomparavelmente lúcido na exposição de determinadas situações, descreveu da seguinte maneira a posição em que o príncipe se encontrava ao retornar a Paris.³⁰

A situação toda tinha se alterado. Parecia caber somente a Condé tomar posse do lugar que ele tentara obter um ano antes, de ser o primeiro homem do país... Todavia, para exercer uma grande autoridade, é preciso depender apenas de si mesmo. Condé era

prisioneiro de milhares de considerações. A amizade que prometera aos mais eminentes dos *frondeurs* pesava sobre ele como uma dura obrigação. ... Não mandando nem no parlamento nem no ministério, não estando seguro em relação ao duque de Orléans, não estando de acordo nem com a nobreza nem com o clero, que grande ato podia ele realizar?³¹

Uma situação de conflito semelhante à que se constatou no caso desse homem e da facção que o apoiava poderia ser constatada, numa análise mais detalhada, no caso da maioria dos outros grupos e corporações da Fronda. Em relação a toda essa situação, com suas múltiplas possibilidades de alianças, na qual cada um observava o outro cuidadosamente para que ele não ficasse forte demais, outro traço característico aparece em uma passagem também citada por Ranke (segundo Aubery), em que lemos: “O príncipe reservava-se o direito de ser amigo ou inimigo de alguém, conforme sua conduta lhe desse motivo para um ou para outro...”

Também é possível ler em Ranke — cuja admirável descrição não foi superada, em seus traços essenciais, nem pela moderna historiografia francesa — como o príncipe firma alianças tanto internamente quanto com os espanhóis, favorecido pela hostilidade geral de quase todas as camadas contra Mazarin, e assim conquista novamente a supremacia. Lutando bravamente e tendo a sorte a seu favor, ele derrota o exército do rei no *faubourg* St. Antoine, e a burguesia parisiense lhe abre as portas da cidade. Justamente no momento em que pretende consolidar sua dominação, confiando a seus amigos e partidários os postos de liderança,³² é na própria burguesia de Paris que o temor desse poder excessivo passa a prevalecer. O desejo de reduzir o poder real encarnado na pessoa particularmente detestada de Mazarin recua diante da visão do poder cada vez maior do príncipe, em função do medo de que se pusesse em risco a posição garantida pela realeza legítima, o temor de que a ordem vigente se alterasse. Até que finalmente a burguesia provoca a queda de seus aliados. Então, gradativamente é restabelecido o equilíbrio de tensões entre os grupos sociais do país, sob o poder definitivamente consolidado do rei legítimo.

A estrutura desses conflitos, e da figuração cujas oscilações eles representam, demonstra, no sentido exposto acima, nossa tese: grupos e corporações fazem alianças, mas cada um deles teme que o outro possa conquistar um poder excessivo. Cada um se sente ameaçado pelo poder que o outro adquire, e essa divisão da França em camadas e grupos, entre os quais nenhum é capaz de conquistar uma clara supremacia a partir de suas bases sociais, tornava todos eles dependentes em maior ou menor grau do rei, dependentes de um pacificador social, da única garantia de uma relativa segurança diante da ameaça dos rivais. Se essa tensão entre grupos sociais que tinham aproximadamente a mesma força proporcionava ao monarca uma chance única de poder, as rendas crescentes que chegavam dos quatro cantos do país e o controle do exército — mantido por ele com auxílio desses recursos e capaz de assegurar direta e indiretamente o fluxo regular da

renda tirada de todas as camadas da sociedade — tornavam possível para o rei aproveitar-se desse equilíbrio de tensões e garantir para sua dominação uma grande margem de liberdade.

15. “Luís XIV”, diz Ranke, “teve a sorte, assim como Henrique IV, de aparecer como libertador de um poder *ilegítimo*, que oprimia a todos e satisfazia a poucos, ou não satisfazia a ninguém.”

Não era apenas sorte o que estava em jogo. Dentro desse campo social, um usurpador do poder só poderia se impor se existisse um forte deslocamento na relação das forças sociais, e se estivesse à frente da camada fortalecida como um líder carismático, ou então se fosse tão superior ao rei em termos financeiros, e com isso em termos militares, que pudesse não só derrotar o exército do rei de modo decisivo, mas também quebrar a resistência de todos os grupos interessados na manutenção do equilíbrio vigente. Não sendo o caso, era muito grande a probabilidade de que a figuração desenvolvida até aquele momento voltasse a se repetir, aproximadamente no mesmo estado de equilíbrio já alcançado. Assim, o novo detentor do poder acabava aparecendo como ilegítimo, ou seja, como um poder que ameaçava o estado de equilíbrio vigente: em relação ao rei legítimo, mesmo quando ele se via desacreditado por representantes impopulares, tinha poucas chances.

A partir dessa perspectiva precisa, revela-se aqui o significado sociológico da legalidade ou legitimidade de um rei em tal figuração. Sabemos que a sucessão hereditária do rei por seu filho foi muitas vezes criticada, pois nela o princípio de seleção usado não se baseia na virtude, mas apenas na descendência. Do ponto de vista sociológico, esse modo de escolha do soberano certamente tinha uma função específica na França antiga, ainda amplamente ligada às tradições. Nesse campo social, com o equilíbrio instável de suas camadas politicamente ativas, tal critério de escolha dava uma certa garantia de que o interesse do rei era a manutenção da ordem vigente. Esse critério também garantia a cada grupo de elite que o rei não estaria ligado de maneira muito explícita aos interesses dos grupos adversários, pois para chegar ao poder não precisava, como um usurpador, participar da luta entre os grupos sociais em busca de alianças. A descendência legítima dos reis os *distanciava igualmente de todos os grupos sociais do país*. O que importa não é tanto se isso acontecia de fato. O fator decisivo era que a legitimidade da descendência elevava o rei acima dos grupos em tensão, tanto na consciência das diversas camadas quanto na sua própria. Em um campo no qual as camadas e os grupos mantêm-se razoavelmente em equilíbrio, nenhum dos grupos tolera alguém de outra facção como soberano, nem deseja, no caso das camadas superiores,³³ a ruptura da ordem estabelecida ou grandes distúrbios sociais. Assim, para todos os grupos em tais campos, a “legitimidade” da descendência do rei acaba aparecendo como uma garantia de que o soberano, levado ao poder com base no direito vigente, não tem obrigações em relação aos outros grupos, nem está envolvido unilateralmente com os interesses destes. Podemos analisar a situação de Henri-

que IV ou de Luís XIV a partir desse ponto de vista, assim como a do regente³⁴ — como uma espécie de antítese —, que ficava na fronteira da legitimidade. Encontraremos em toda parte a seqüência lógica de eventos que advém do equilíbrio específico da balança de tensões multipolar dessa figuração. Quanto mais duvidosa a legitimidade, quanto mais distante o parentesco do novo soberano com seus antecessores, maior a coerção para que ele assegure seu poder por meio de alianças com certos grupos, e com isso mais significativa, ao mesmo tempo, a ameaça aos outros e ao equilíbrio do campo social em questão.

Ao mesmo tempo, porém, essa figuração exercia sobre o próprio rei, uma vez ele tivesse chegado ao poder, uma pressão no sentido esperado pelos diversos grupos, obrigando-o a não dar a nenhum deles em particular vantagens que proporcionariam um poder grande demais em relação aos outros grupos. Pois, justamente porque sua dominação era fundada no equilíbrio instável entre grupos que se mantinham mutuamente em xeque, qualquer aumento de poder de um deles em particular teria posto em risco seu próprio poder, assim como as posições dos grupos restantes e, com isso, a figuração como um todo. Portanto, os reis tinham grande interesse na manutenção do equilíbrio sempre instável e oscilante. Eles podiam ser ligados à nobreza de uma maneira especial, por sua origem e costumes. Entretanto, não podiam atribuir-lhe uma preponderância que colocasse em risco o equilíbrio da sociedade de Estado, tampouco às corporações burguesas, caso não quisessem ameaçar os fundamentos de seu próprio espaço de exercício do poder. Para manter o equilíbrio de seu reino, os reis tinham que sustentar a nobreza, mas ao mesmo tempo precisavam distanciar-se dela. Com isso atingimos um ponto que é da maior importância para o entendimento da relação entre o rei e a nobreza, respondendo tanto à questão acerca dos motivos pelos quais o rei sustentava a nobreza, quanto à questão acerca da função da nobreza no reino.

16. Considerando o tema atentamente, a noção de que as relações entre as camadas e os grupos de um campo social são em geral destituídas de ambigüidade — por exemplo, que a hostilidade é um fator dominante entre eles e por isso a sua história é a história da luta de classes — talvez não seja totalmente falsa, embora seja um tanto unilateral. Relações ambivalentes entre camadas sociais em um mesmo Estado, assim como a oscilação de tais camadas entre a dependência mútua e a hostilidade, são bem mais comuns do que se pensava, especialmente em figurações diversificadas em que a maioria dos grupos combate em várias frentes. O Ancien Régime abundava em relações ambivalentes desse gênero. Não podemos entendê-lo sem introduzir essa categoria da ambivalência, ou outra similar. A atitude da nobreza e da burguesia politicamente ativa frente ao rei, ou a da *noblesse de robe*, eram relações tão ambivalentes quanto a que existia entre burgueses e nobres. Um dos problemas mais interessantes do Ancien Régime é o modo como, no curso de uma transformação peculiar da burguesia, sua atitude ambivalente diante da nobreza acabou se tornando, em determinada situação, uma atitude claramente hostil de parcelas da burguesia em relação à nobreza, ao rei e a outras

parcelas da burguesia. Entretanto, não era menor a ambivalência de atitude do próprio rei frente às camadas sociais, sobretudo frente à nobreza. Justamente porque a nobreza estava tão próxima do rei, do ponto de vista social, mais próxima que as outras camadas do povo, justamente porque o rei era sempre um homem oriundo da nobreza, é que o distanciamento entre o rei e a nobreza era especialmente difícil e importante. A nobreza era particularmente perigosa para o rei. Quanto mais próximo dele estava um grupo na hierarquia da nobreza, mais perigoso era esse grupo. Já mencionamos que os *grands seigneurs*, os “pares” e sobretudo os príncipes de sangue não só mostravam, do mesmo modo que outras parcelas da nobreza e as elites da pirâmide burguesa, uma inclinação para limitar o poder do rei, como entre eles (descendentes de antigos grandes vassallos ou de antigos reis) e o soberano no poder existia uma competição latente. Assim, se por um lado os reis pertenciam à nobreza, sentiam-se e agiam como homens da nobreza e precisavam dela como um elemento integrante de seu aparelho de dominação, se por todos esses motivos faziam tudo para preservá-la, por outro lado sabiam que a existência da nobreza significava ao mesmo tempo uma ameaça latente a seu poder, que tinham de se precaver sempre. Essa relação ambivalente do rei com a nobreza constitui, portanto, o fundamento — e a chave para a compreensão — da natureza peculiar que a corte ganhou no Ancien Régime. Como já dissemos, a nobreza de província não desempenhava nessa época mais nenhum papel político.

17. Já dissemos para que o rei precisava da nobreza: subjetivamente e de acordo com a tradição, precisava dela como uma “sociedade” sua, e dos nobres como seus servidores pessoais. O fato de o rei ser servido pela nobreza o distanciava de todas as outras pessoas do reino. Até mesmo os encargos militares e diplomáticos da nobreza não passavam, no fundo, de funções derivadas daquelas funções de corte. Objetivamente, ele precisava da nobreza como contrapeso às outras camadas de seu reino. A aniquilação da nobreza, a supressão da distância que a separava da burguesia, o aburguesamento da nobreza, essas coisas teriam provocado um grande deslocamento do equilíbrio dessa figuração, um significativo aumento do poder das camadas burguesas e uma dependência dos reis em relação a elas. Tanto que os soberanos, mesmo sem compreender com clareza o sentido desse equilíbrio para sua própria posição social em seu reino, zelavam ciosamente pela preservação das distinções entre os estados, mantendo assim a condição da nobreza como uma camada própria, bem diferenciada.

Contudo, se os reis precisavam da nobreza e por isso a sustentavam, também tinham de preservá-la de maneira que o perigo que ela representava para a realeza fosse suprimido amplamente. Um desenvolvimento lento e muito gradual preparou a solução definitiva desse problema. Primeiro, com o auxílio de um funcionalismo constituído por burgueses, o rei afastou a nobreza de quase todas os cargos elevados do judiciário e da administração. Desse modo surgiu a poderosa camada da *noblesse de robe*, que se equiparava à nobreza em poder, e às vezes até em

prestígio social. Mantendo tal procedimento e reativando-o sempre, a preocupação do rei era ocupar todas as posições de poder do seu governo com pessoas sem relações, que dependessem exclusivamente dele. Assim, no século XVI a maior parte da nobreza foi lançada de volta às suas funções de cavaleiros e proprietários de terra. Com o lento progresso da economia monetária e as mudanças daí advindas, sobretudo em termos do valor do dinheiro e da reforma do exército, essa base estava extremamente abalada. Foi tal abalo, principalmente, que obrigou boa parte da nobreza a se dirigir para a corte, vinculando-a ao rei sob uma nova forma. Os reis souberam se aproveitar dessa situação. É só nesse contexto que a fórmula “vitória da realeza sobre a nobreza” faz sentido. Considerando apenas esse desfecho, temos o direito de afirmar que a luta entre a realeza e a nobreza foi decidida essencialmente com o término das guerras religiosas, tornando livre o caminho para a monarquia “absoluta”. Já dissemos que a luta entre a nobreza e a realeza não foi, de modo algum, conduzida às claras pelas facções adversárias.

Entretanto, o fato de Henrique IV ter aberto caminho para a monarquia absoluta à frente do exército da nobreza não deixa de ter importância para o entendimento da relação entre nobres e rei em tal monarquia. Se deixarmos de lado a dependência da nobreza em relação ao rei e dos reis em relação à nobreza, ainda existia uma tradição que os ligava. O ethos dessa relação — que realmente não teria se mantido sem o elo das dependências, mas que tinha um peso próprio como tradição — nunca foi totalmente extinto pelo Ancien Régime, sendo transformado lentamente no período de Henrique IV de sua forma feudal para sua forma de corte. O órgão social que exercia e abrangia as duas funções, de dependência e de distanciamento, no sentido da nova relação de poder que se produziu depois das guerras religiosas, era a corte sob a forma definitiva que assumiu durante o reinado de Luís XIV. Pela corte e a partir dela, boa parte da nobreza foi destituída desde então de sua autonomia e mantida, ao mesmo tempo, em dependência permanente do rei.

A dupla face da corte, instrumento pelo qual o rei ao mesmo tempo governava e sustentava a nobreza como uma aristocracia, corresponde de modo preciso ao caráter ambivalente das relações entre a nobreza e o rei. Mas a corte não assumiu essa função dupla de uma só vez, sob a inspiração genial de um único rei; ela se desenvolveu nesse sentido lentamente, em função das mudanças da posição de poder real da nobreza e dos reis, até Luís XIV finalmente aproveitar a chance que lhe fora dada e, com toda a consciência, fazer da corte um instrumento de sua dominação no duplo sentido de sustentar e submeter a nobreza. Deve ser suficiente mostrar aqui, ao menos em linhas gerais, como a corte se formou orientada nesse sentido.

18. Durante o reinado de Henrique IV, e ainda durante o de Luís XIII, os cargos oficiais de corte caracterizavam-se, assim como a maior parte dos cargos militares, por sua venalidade, marca típica do absolutismo senhorial: eles eram compráveis e, portanto, propriedades de seus ocupantes. Isso se aplicava até mesmo às posi-

ções de *gouverneur* e de comando militar dos diversos distritos do reino. É claro que em determinados casos os ocupantes só podiam exercer seu cargo com o consentimento do rei e que em outros casos eles eram simplesmente concedidos pelo favor deste. Os dois métodos misturavam-se. Mas a ocupação pela compra foi pouco a pouco prevalecendo, e como a maior parte da nobreza não podia medir-se de modo algum com a burguesia em termos financeiros, o terceiro estado, ou pelo menos famílias que provinham dele e haviam se nobilitado recentemente, passou a ocupar também esses postos, lentamente, mas de modo perceptível. Apenas as grandes famílias nobres do país tinham — em parte pela extensão de suas propriedades, em parte pelas pensões que recebiam do rei — rendimentos suficientes para manter seu nível.³⁵ Assim, a disposição de ajudar a nobreza nessa situação era patente, tanto no caso de Henrique IV quanto no de Luís XIII e de Richelieu. Todos queriam e precisavam mantê-la afastada da esfera de poder político, do mesmo modo que todos queriam e precisavam salvaguardá-la como fator social.

A princípio, após o assassinato de seu predecessor, Henrique IV dependia totalmente da nobreza, e nessa situação prestou um juramento — também por exigência de seus partidários —, um pacto escrito em que se lia, entre outras coisas:

Prometemos a ele serviço e obediência ao juramento e à promessa que nos deu por escrito, e sob a condição de que dentro de dois meses Sua Majestade irá consultar e reunir ... os príncipes, duques, pares e oficiais da Coroa designados, além de outros súditos que eram servidores leais do falecido rei, a fim de que todos juntos formem um conselho e deliberem sobre os assuntos do reino, até as decisões dos ... Estados Gerais, como consta da dita promessa da dita majestade.³⁶

É preciso somar a isso o modo como Henrique IV, após sua proclamação como rei e ainda em vias de reconquistar seu reino, propõe aos principais membros de sua nobreza do Périgord “se reunirem e deixarem suas casas para vir encontrá-lo e servir nas ocasiões que se apresentem”³⁷; o modo como ele convoca “sua fiel nobreza da Ile de France, Beauce, Champagne e Brie”, como encarrega seus governadores na Picardia de conduzirem a ele “seus bons e amados servidores”.³⁸ Todavia, foi justamente ele quem deu os últimos e decisivos passos que iriam transformar a antiga relação patriarcal entre rei e nobreza, a ligação entre senhor feudal e vassalos ou seguidores, no modo cortesão-absolutista de dependência, entre rei e cortesãos, relação que alcançaria sua forma definitiva durante o reinado de Luís XIV. Ou seja, a atitude necessariamente contraditória do rei e de seus representantes frente à nobreza ficou logo clara também no caso de Henrique IV. O sentimento de ligação com a nobreza ainda é algo evidente em seu reinado. Ele vive em meio a uma sociedade de nobres.³⁹ Lamenta a situação que ameaçava arruinar tantas “boas e antigas famílias”, procurando ajudar, no que dizia respeito às suas dívidas, por meio de leis.⁴⁰ Fez o melhor que podia para conciliar os que o haviam ajudado antes com o novo rumo que as coisas tomaram, através do qual o

líder da nobreza protestante tornara-se o soberano católico que reinava também sobre essa nobreza. Mas a lógica imanente de sua posição como rei o obrigava, ao mesmo tempo, a reprimir quaisquer manifestações de insatisfação por parte dos nobres em decadência, homens que se sentiam muitas vezes preteridos. A princípio ele tratou essas manifestações rebeldes de modo brando e humano, levando em conta as lutas conjuntas e reconhecendo suas obrigações. Não exigia nada mais do que a confissão pública da culpa por parte dos opositores, e quando estes se mostravam arrependidos oferecia-lhes a reconciliação, perdoadando sua conduta sem puni-la. Contudo, submissão e reconhecimento da culpa eram coisas que ele exigia implacavelmente. Tinha de exigí-lo. Por exemplo, no caso do duque de Biron, que planejava uma rebelião, o rei a princípio o intimou a confessar seus planos numa conversa confidencial a dois, prometendo-lhe certa indulgência em caso de reconhecimento e arrependimento. Tendo o duque recusado, foi enviado ao tribunal e executado — apesar de ser lembrado constantemente dos serviços que este lhe prestara.⁴¹ O rei, diante desse conflito entre sua solidariedade para com a nobreza e as exigências incontornáveis de sua soberania, encontrou a saída em uma atitude, decidida mas no fundo sempre branda e conciliadora, que está expressa no Edito de Nantes. Ao mesmo tempo, porém, como que levado pela grandeza das forças que estavam em suas mãos, foi gradativamente guiado para o caminho da realeza absolutista. Sua promessa de convocar os Estados Gerais nunca se cumpriu. “*Il vouloit au maniement de ses affaires d'Etat estre creu absolument et un peu plus que ses prédécesseurs n'avoient fait*” [“Ele queria que a gestão de seus negócios de Estado fosse absolutamente frouxa mas representasse um pouco mais do que seus predecessores haviam feito”], diz um membro da *noblesse de robe*⁴² a seu respeito.

19. Se, apesar de tudo, Henrique IV buscou socorrer e se reconciliar com a nobreza, na medida em que seus deveres como soberano o permitiam, havia um ponto decisivo em que o rei podia ajudar muito pouco a nobreza, mesmo querendo: sua situação econômica.

Já mostramos o significado que o afluxo de novos meios financeiros e a comercialização progressiva do campo social tiveram para os nobres.⁴³ Esse desenvolvimento significou a ruína econômica para grande parte da nobreza. Essa ruína foi ainda maior porque as guerras religiosas tiveram, para a nobreza em decadência, a mesma função que as guerras civis costumam ter para todas as camadas em decadência: encobriram a inexorabilidade de seu destino. Os tumultos e reviravoltas, as provocações das batalhas, a possibilidade de pilhagem e a facilidade dos ganhos, tudo isso despertou nos nobres a esperança e a crença de conseguir manter a posição social ameaçada e salvar-se da queda, do empobrecimento. Pois os envolvidos não tinham idéia das reviravoltas sociais em cujo turbilhão eram carregados. Os novos fenômenos com que se deparavam eram interpretados por eles ainda no sentido de suas experiências anteriores, ou seja, com seus antigos instrumentos de concepção das coisas.

Nesse sentido, podemos perceber a rede em que os nobres estavam envolvidos quando ouvimos o testemunho de um dos atingidos sobre esse fluxo inesperado de materiais preciosos e seu significado para a nobreza:

Longe de ter empobrecido a França, essa guerra civil a enriqueceu muito, revelando uma infinidade de tesouros escondidos sob a terra e nas igrejas inaproveitados. Trouxe esses tesouros à luz e transformou-os em dinheiro válido, numa tal quantidade que mais ouro foi visto na França do que até então se vira libras e prata. Foram forjadas mais moedas de prata, novas e belas, a partir desses tesouros escondidos, do que existira em cobre até então.

Isso não é tudo: os ricos comerciantes, usuários, banqueiros e outros avaros, incluindo os padres, guardavam seu dinheiro em cofres e não o desfrutavam nem o emprestavam, a não ser sob juros excessivos ou através da compra ou da penhora de terras, bens e casas a preços módicos. Assim, os nobres que vinham empobrecendo durante as guerras externas e haviam penhorado ou vendido seus bens estavam a ponto de perder a razão, sem ter sequer lenha para aquecer-se, tal o efeito da ação dos usuários. Essa boa guerra civil devolveu-lhes seu lugar de direito. Eu tenho visto fidalgos de alta classe que, antes da guerra civil, vagavam apenas com dois cavalos e um laçoi recuperarem-se a ponto de, durante e após a guerra, serem vistos com seis ou sete bons cavalos ... Eis como a brava nobreza francesa se recuperou pelo favor ou, pode-se dizer, pelos proventos dessa boa guerra civil.⁴⁴

Contudo, a maior parte da nobreza da França, ao retornar dessa “boa” guerra civil que ela acreditava ter sido restauradora, na verdade encontrava-se arruinada e pressionada por dívidas. O custo de vida era alto.⁴⁵ Os credores, os comerciantes ricos, os agiotas e banqueiros, e sobretudo os indivíduos da *noblesse de robe*, pressionavam os nobres em todos os espaços possíveis, apossando-se de suas propriedades e muitas vezes também de seus títulos.

Os nobres que mantiveram suas propriedades, por sua vez, perceberam subitamente que seus rendimentos não eram mais suficientes para cobrir os custos de sua vida dispendiosa: “Os senhores que cederam terras a seus camponeses, contra pagamentos em espécie, continuavam a receber os mesmos rendimentos, mas estes não tinham mais o mesmo valor. O que custava cinco soldos anteriormente passou a custar vinte no tempo de Henrique III. Os nobres empobreciam sem o saber.”⁴⁶

Como sempre acontece no caso das camadas superiores que entram em decadência, não se trata simplesmente de um empobrecimento puro e simples, mas de uma redução de seus recursos face às exigências sociais e às necessidades usuais de sua classe:

Se os nobres que perderam suas fontes de renda e que estão bastante endividados tivessem prudência e boa capacidade de administração, não há dúvida de que, com a facilidade de vida que têm, poderiam restabelecer seus negócios, se não por completo, pelo menos em parte. Pois, vivendo normalmente em suas propriedades, poderiam

fazê-lo sem gastar dinheiro do próprio bolso. Na verdade, não há nenhum deles sem lenha para aquecer, campos para cultivar trigo e vinho, jardins, frutos, belas avenidas arborizadas para passear, cercados para lebres e coelhos, bosque para a caça, pombais para os pombos, terreiros para as aves etc.⁴⁷

Em outras palavras, se os nobres tivessem decidido viver dos recursos naturais, renunciando ao dinheiro, a tudo que só podia ser adquirido com dinheiro, se ficassem satisfeitos em se tornar melhores agricultores, então poderiam viver muito bem, segundo pensa o autor do relato citado, o embaixador veneziano Duodo.

Mas precisamente porque muitos nobres não queriam viver assim, porque lutavam para manter sua existência como nobres, dirigiam-se para a corte, caindo na dependência direta do rei. Assim se decidiu aquilo a que nos referimos,⁸ em certo sentido com propriedade, como a luta entre a realeza e a nobreza. Os elos da corrente através dos quais a nobreza se associava articulam-se uns aos outros. Os nobres empobrecem porque, em virtude de uma determinada tradição e de uma concepção social, são obrigados a viver de rendas, sem profissão, a fim de conservar sua posição social e seu prestígio na sociedade. Ora, a inflação os impossibilita de acompanhar o padrão de vida das camadas burguesas enriquecidas. De modo mais preciso, a maior parte dos nobres estava diante da alternativa de ter uma vida semelhante à dos agricultores, em todo caso bastante pobre e sem mais nenhuma relação com o valor que se atribuem, ou enfrentar o aprisionamento da corte e, com isso, manter seu prestígio com base em um novo fundamento. Uma parte é bem-sucedida, a outra fracassa. A reestruturação da nobreza e sua constituição com base no distanciamento da corte, que já aparece claramente em primeiro plano no reinado de Francisco I, são coisas que não se consolidaram de uma só vez; mesmo no reinado de Henrique IV tais mudanças ainda não estão consumadas. Pois esse afluxo da nobreza provinciana e rural em direção à corte, assim como a tentativa desses círculos desprezados de se integrar na sociedade de corte, continuaram acontecendo durante todo o Ancien Régime, embora tal integração tenha se tornado cada vez mais difícil.

A corte regida por uma economia monetária, assim como a reestruturação da antiga economia baseada na terra, de certo modo constitui o recipiente em que desaguam determinadas correntes sociais. Quanto mais esse recipiente enche, menos pessoas podem ser carregadas para dentro dele por essa corrente, sejam as provenientes da nobreza de província, sejam as provenientes da burguesia. Assim, no interior dessa circulação social, cujo órgão dominante é a corte, as pressões como um todo acabam se alterando gradativamente, até que por fim o sistema todo seja despedaçado por suas tensões internas.

20. A princípio, ainda não era parte de uma política deliberada do rei exigir peremptoriamente que a pequena e a alta nobreza, em busca de favores do rei, se instalassem na corte. Henrique IV ainda não dispunha de meios para financiar um

aparato de corte tão gigantesco, para distribuir cargos oficiais, dádivas e pensões com a mesma abundância de Luís XIV, mais tarde. Ainda não era tão clara sua intenção de fazer da corte uma sociedade de nobres, uma instituição de sustento da nobreza, como foi posteriormente. A figuração ainda se encontra em intenso movimento. Famílias nobres decaem, famílias burguesas sobem. As ordens permanecem, mas a flutuação entre elas é grande, os muros que as separam continuam cheios de brechas. A competência ou a incompetência pessoal, a sorte ou o azar determinam, nesse período, as chances de uma família, muitas vezes em um grau tão elevado quanto o fato de ela pertencer originalmente a um ou outro dos grupos sociais.

Pouco a pouco vão se tornando mais estreitas as vias de acesso que levam de fora para dentro, das camadas exteriores à corte para a sociedade de corte. Lentamente, a corte real e a sociedade de corte se transformam em uma formação social cujos costumes, usos, e até a maneira de falar, de vestir e de movimentar o corpo ao andar, bem como os gestos durante as conversas, contrastavam notavelmente com os costumes das formações não-cortesãs. Era bem mais difícil do que antes, para pessoas que não tinham crescido nos "ares da corte", ou conseguido cedo o acesso aos seus círculos, formar os traços de caráter pessoais pelos quais a aristocracia cortesã se distinguia dos nobres e dos burgueses que não faziam parte dela, traços pelos quais os membros da corte se reconheciam mutuamente.

Com a transformação gradativa da corte real francesa em uma formação social de elite rigorosamente delimitada, assiste-se ao nascimento — corolário inevitável de uma formação social particular em expansão contínua — de uma "cultura de corte". Existiram formas prévias dessa cultura cortesã do comportamento, da maneira de falar e de amar, do gosto — para designar apenas esses aspectos —, já na Idade Média, não só nas cortes reais, mas também nas cortes de senhores feudais, e muitas vezes especialmente nessas últimas. Fazendo o esforço necessário, é possível acompanhar com precisão o modo como isso que podemos denominar "cultura de corte" desdobra-se paulatinamente, constituindo um aspecto do desenvolvimento da sociedade de corte, formação de elite claramente destacada do campo social como um todo. Uma tal investigação poderia contribuir em muito para modificar a noção atual de cultura. Hoje em dia, o termo "cultura" é empregado freqüentemente como se designasse um fenômeno livre e independente, pairando acima dos homens e não em conexão com o desenvolvimento social de associações humanas, dentro das quais é possível esclarecer e estudar de fato os fenômenos culturais — ou, para usar outras palavras, as tradições sociais. A cultura de corte foi se tornando uma cultura dominante no decorrer dos séculos XVI e XVII, porque a sociedade de corte tornou-se a principal formação de elite ao longo da progressiva centralização da estrutura estatal, especialmente na França. O processo de distanciamento e isolamento da sociedade de corte se consumou, em certa medida, com Luís XIV. No período de seu reinado restringiram-se consideravelmente as chances de acesso à corte, tanto para os

burgueses quanto para os nobres de província. Contudo, mesmo nesse período elas ainda existiam.

Pouco a pouco, a corte assumiu o caráter de um organismo de assistência à nobreza e, ao mesmo tempo, de um instrumento de dominação do rei em relação aos nobres. Isso aconteceu depois que os grupos envolvidos haviam testado a força relativa de suas dependências mútuas, assim como as de outras chances de poder, em muitos conflitos, abertos e reservados. Luís XIV apenas aproveitou as chances que esse campo social lhe oferecia, a partir do poder de sua posição, e certamente as aproveitou de modo intenso e decidido. Talvez compreendamos melhor a natureza dessas chances lendo um requerimento que a nobreza dirigiu em 10 de fevereiro de 1627 ao antecessor de Luís XIV sob o título "Petição e artigos para o restabelecimento da Nobreza".⁴⁸

O documento começa afirmando que, depois da ajuda de Deus e da espada de Henrique IV, é à nobreza que se deve a conservação da Coroa, num período em que a maioria das outras camadas teria sido incitada à revolta, mas, apesar disso "ela [a nobreza] se encontra no estado mais deplorável ... a pobreza ... o ócio a torna doentia ... a opressão praticamente a reduziu ao desespero".

Entre as causas dessa situação, encontra-se expressamente citada a desconfiança que alguns membros dessa ordem teriam despertado no rei, por sua arrogância e por suas ambições. Com isso os reis acabaram por acreditar que era necessário reduzir o poder da nobreza aumentando o do terceiro estado e excluindo a nobreza de cargos e dignidades dos quais talvez tivessem se aproveitado, de modo que a partir de então os nobres foram afastados da administração da justiça e dos impostos e banidos do Conselho Real.

As manobras de um estado contra o outro e a oscilação no equilíbrio das tensões entre eles são compreendidas, aqui, como uma política tradicional do rei.

Entretanto, a própria nobreza apresenta suas exigências em 22 artigos que incluem, entre outras coisas, o seguinte: além dos postos de comando militar de todos os *gouvernements* do reino, os cargos civis e militares da casa real — portanto o próprio esqueleto daquilo que mais tarde fez da corte uma instituição que sustentava a nobreza — deveriam deixar de ser negociáveis, permanecendo reservados exclusivamente aos nobres. Atendendo a esta solicitação, Luís XIV de fato assegurou a sobrevivência dos nobres, mas também a sua submissão. Ele reservou os cargos de corte para a nobreza e os distribuiu a seu bel-prazer, embora naturalmente tivessem que ser pagos quando passavam de uma família para outra, pois eram uma propriedade, assim como qualquer outro cargo.

Mas a nobreza fazia muitas outras exigências nesses artigos. Ela reivindicava uma certa influência sobre a administração das províncias e o acesso de alguns nobres especialmente qualificados ao parlamento, pelo menos com voto consultivo e a título honorífico. Exigia que um terço dos membros do Conselho das Finanças, do Conselho da Guerra e de outros órgãos do governo real ssaísse de suas fileiras. Mas de todas essas outras exigências da nobreza, à exceção de algumas insignificantes, só a primeira foi considerada: os cargos de corte passaram a ser

reservados aos nobres. Todas as outras exigências da nobreza, como diziam respeito em certo sentido a uma participação no poder ou a um interesse dos nobres na administração, permaneceram descartadas até a morte de Luís XIV.

21. Temos aqui uma imagem clara do deslocamento de equilíbrio que levou, na França, à instituição da corte como órgão de sustento de uma parte da nobreza. O contraponto dessa imagem, talvez o mais evidente e adequado aos olhos dos alemães, é a solução prussiana para esse problema.

Frederico II, diz Taine, em certa passagem, ao ter que explicar essa etiqueta, dizia que, se fosse rei da França, seu primeiro edito seria para fazer um outro rei que manteria a corte em seu lugar; de fato, para esses desocupados que reverenciam, é preciso um desocupado a ser reverenciado. Só haveria um meio de desafogar o monarca: fundir a nobreza francesa e transformá-la, segundo o modelo prussiano, em um regimento laborioso de funcionários úteis.⁴⁹

Fazer da nobreza um regimento laborioso de funcionários é a antítese perfeita da forma de nobreza que a postura tradicional dos reis franceses contribuiu de modo tão decisivo para preservar.

Perguntar por que o desenvolvimento tomou essa direção na Prússia e aquela outra na França quer dizer, ao mesmo tempo, desdobrar o problema da diferenciação dos desenvolvimentos nacionais como um todo. Seria possível mostrar o significado que teve, para a formação da Prússia, o fato de que a corte prussiana moderna precisou ser recriada segundo modelos estrangeiros, enquanto na França, com um desenvolvimento gradativo ao longo de séculos, ela ganhou uma determinada conformação tradicional, sem que fosse preciso ser "criada". Também seria possível mostrar o que significava, para a relação entre a nobreza e a realeza na Prússia, a falta de uma formação comum, no sentido de uma cultura de corte, e da ligação tradicional do rei e da nobreza com base em tal cultura. O desenvolvimento comparativamente restrito da burguesia urbana deu ao equilíbrio de tensões da sociedade prussiana um outro caráter. Nesse sentido, basta evocar aqui uma única diferença entre as duas figurações, pois está em relação direta com o tema da formação da corte na França. Na Alemanha era evidente uma certa inclinação, nos círculos aristocráticos, a partir do período da Reforma, para o estudo jurídico e para as carreiras administrativas.⁵⁰ Em contrapartida, na França a nobreza era e continuou sendo tradicionalmente uma ordem de guerreiros sem atividade profissional, cujos membros em geral só frequentavam a universidade para abraçar a carreira eclesiástica. Em toda a história moderna da França quase nunca nos deparamos com nomes de juristas pertencentes à *noblesse d'épée*.⁵¹ Assinalemos de passagem que esse problema está intimamente ligado à formação e ao recrutamento da intelectualidade alemã e da francesa. Na Alemanha, a universidade se tornou um instrumento de formação cultural decisivo, e na França a universidade do Ancien Régime quase não mantinha contato com a

sociedade de corte, celeiro da cultura propriamente dita. Na Alemanha, a intelectualidade era composta em larga escala por acadêmicos, ou em todo caso por homens que haviam frequentado a universidade, ao passo que na França o mecanismo de seleção dos intelectuais não era a universidade, mas a sociedade de corte, o *monde*, no sentido tanto restrito quanto lato do termo. Por último, na Alemanha, apesar de todas as relações sociais entre os membros da intelectualidade, o livro constituía um meio especialmente importante, senão o primordial, de comunicação entre as pessoas, ao passo que na França por mais que se amasse o livro, a conversação ocupava o primeiro lugar como forma de comunicação entre os homens. Esses são apenas alguns fenômenos diretamente ligados à posição privilegiada da universidade na Alemanha e à separação, na França, entre universidade e cultura de corte.

22. Não só a estruturação da nobreza é diferente na França e na Alemanha, ou melhor, na Prússia, mas também a estruturação da função pública; os dois fatos estão intimamente ligados, um não pode ser compreendido sem o outro. Esse nexos também é importante para esclarecer a transformação da corte num lugar de sustento da nobreza. É possível indicar isso resumidamente. Um dos aspectos característicos da função pública no Ancien Régime era a instituição da compra de cargos oficiais. Independentemente de como isso surgiu, o fato é que se consolidou de modo cada vez mais decisivo no decorrer do século XVI, com algumas oscilações, sendo que no período de Henrique IV tornou-se praticamente impossível suprimi-lo sem violentas reviravoltas nas relações sociais como um todo. Ao longo de toda a sua estruturação, a realeza de corte do Ancien Régime esteve ligada indissolúvelmente a tal instituição.

Perguntar se a compra de cargos era "boa" ou "ruim" à luz dos critérios de valor de nossa época — que representa um estágio posterior do desenvolvimento — não só é irrelevante, como também um equívoco. Os critérios de valor que marcam nossa ética da função pública, assim como a própria estruturação atual da burocracia, procedem de formas anteriores, entre elas a venalidade dos cargos. A legitimação desta, que Henrique IV consolidou, tinha razões financeiras bem determinadas: a venda de cargos significava para o rei uma importante fonte de renda. Além disso, a legitimação foi levada adiante explicitamente para tirar da nobreza a influência sobre a distribuição dos cargos, tornando impossível aquele tipo feudal de direito de concessão. Essa instituição também significava, sob determinado ponto de vista, um instrumento de luta do rei contra a nobreza, sobretudo contra a alta nobreza.

Seria algo despropositado, um esforço incompatível com a política do rei, forçar a nobreza a entrar nesse circuito da venalidade dos cargos, legitimada definitivamente durante o reinado de Henrique IV e oriunda das tensões entre o rei e a nobreza. Além do mais, seria totalmente impossível fazê-lo. Pois só a abolição da venalidade dos cargos — pela qual a nobreza de fato nunca deixou de lutar —, portanto só a mudança do sistema todo teria sido capaz de reabrir os

acessos a essas funções administrativas, financeiras e judiciárias para os nobres, uma vez que seus recursos eram bastante limitados. Uma tal reforma seria extremamente onerosa, já que o rei precisaria devolver as somas gastas ou confiscar sem contrapartida os bens que eram os cargos venais; nesse caso teria dado um golpe decisivo na burguesia e, portanto, no equilíbrio de forças. Os próprios soberanos não tinham nenhum interesse em tomar tais medidas. Além de a compra e venda de cargos ter se tornado uma fonte de renda indispensável para eles, abolir essa instituição comprometeria o equilíbrio social do Estado.

Assim, toda tentativa de abolir a negociação de cargos de fato foi frustrada durante o Ancien Régime, em parte por razões financeiras, em parte graças à feroz resistência dos proprietários. Também podemos dizer que, no período decisivo da reestruturação da nobreza na França, ninguém considerou seriamente a possibilidade de solucionar o problema dos nobres fazendo deles funcionários. Era uma medida que não fazia sentido, que estava fora da esfera das soluções possíveis nesse campo social, indo de encontro ao que desejavam os vários centros de interesse (*noblesse de robe*, *noblesse d'épée* e realeza). A petição de 1627 mencionada anteriormente, ao considerar todas as alternativas possíveis para socorrer e ajudar os nobres, ignora solenemente essa possibilidade. Como dissemos, a própria nobreza exige apenas a admissão de um determinado número de *consultores* não-remunerados nas cortes de justiça e parlamentos; portanto essa reivindicação de cargos significa pleitear não uma forma de sustento, mas a ocupação de uma posição no poder.

23. O que restou como base de sustento para a nobreza, além da propriedade de terras, das pensões e presentes do rei, foram sobretudo cargos na corte e alguns postos diplomáticos e militares. Portanto, a reivindicação de que certos cargos fossem reservados aos nobres teve algum êxito apenas no que dizia respeito a esse tipo de postos oficiais. Mas isso só foi acontecer durante o reinado de Luís XIV. No período de Luís XIII e Richelieu, quando foi feita a petição da nobreza, a situação não estava amadurecida. O equilíbrio entre os grupos principais ainda não se havia definido claramente a favor da posição do rei. Os Grandes do reino, alguns dos quais lideravam o movimento huguenote, ainda constituíam um perigo para a soberania real absoluta.

Quando tentamos compreender a figuração de corte e o nível das tensões sociais em que ela lentamente se formou — as tensões entre a realeza e seus representantes, de um lado, e a nobreza pressionada pelo terceiro estado em ascensão, de outro — no período de reinado de Richelieu, vemos o que segue:

As assembléias de representação da nobreza, e com isso a maior parte dessa ordem, quase não tinham importância como fatores políticos na luta contra a realeza. Os Estados Gerais de 1614 mostram pela primeira vez com toda a clareza a força e as pretensões que o terceiro estado passou a ter, enquanto a nobreza tinha grande necessidade da realeza, como proteção e poder decisório, para poder fazer frente à burguesia, sendo impossibilitada por isso de resistir às exigências do rei.

Em contrapartida, os grupos da nobreza mais próximos ao rei — a alta nobreza, principalmente os príncipes de sangue, os duques e pares da França — ainda detinham um poder considerável como adversários da realeza. O fundamento e a fonte desse poder são bastante evidentes: baseiam-se, em primeira instância, na função deles como *gouverneurs*, como altos comandantes militares de suas províncias e fortalezas. Depois de ter sido gradativamente excluída de todos os mecanismos de dominação restantes, coube-lhe essa última posição de poder autônoma.

O que contribuiu para preservar esse poder dos Grandes foi o fato de tanto o rei quanto Richelieu terem sido, a princípio, complacentes em relação aos membros da casa real, sobretudo em relação à mãe e aos irmãos do rei. Foram necessárias a experiência recorrente da ameaça ao rei, ao poder real, pela intromissão e participação dos seus parentes mais próximos nos assuntos do governo, e a superação de todos os escrúpulos familiares para que Luís XIV, no apogeu do absolutismo, adotasse uma política rigorosa e consciente de exclusão dos seus parentes mais próximos do governo, centralizando todas as decisões em suas mãos. Esse foi um passo significativo no desenvolvimento da fase dinástica⁵² da formação dos Estados. Inicialmente, durante o reinado de Luís XIII e Richelieu, todas as sublevações dos nobres contra a realeza ainda eram centralizadas e se apoiavam na posição de poderio militar, relativamente intacta, dos homens e das mulheres da alta nobreza. Graças a eles, as facções da corte que sempre existiram — mas que teriam permanecido insignificantes sem o apoio desse centro militar, não podendo representar perigo algum para o rei — tinham a princípio uma força social que não devia ser subestimada.

Um acontecimento especialmente relevante foi o fato de o irmão de Luís XIII, Gaston, duque de Orléans, assim como os irmãos inimigos de reis anteriores, ter deixado Paris de imediato, logo após ter decidido liderar as facções hostis ao cardeal e assegurado a este a sua amizade. Partindo para Orléans, ele pretendia enfrentar Richelieu e o rei a partir de uma posição militar fortalecida.

Em circunstâncias similares, uma facção havia se reunido anteriormente em torno do filho bastardo de Henrique IV, o duque de Vendôme, irmão natural do rei. Seu ponto de apoio era a Bretanha: o duque era *gouverneur* dessa província e acreditava, com base em um casamento, ter direitos hereditários sobre ela.

Assim, as antigas aspirações dos vassalos da Coroa continuavam vivas na alta nobreza durante o reinado de Luís XIII. O particularismo regional, aliado a uma descentralização militar ainda bastante ampla e à relativa autonomia dos comandantes militares nas províncias, fornecia a base efetiva para tais aspirações. Em todas as tensões e lutas entre o representante do rei, Richelieu, e a alta nobreza, mostra-se a mesma estrutura. Ora a resistência provinha do *gouverneur* da Provença, ora do *gouverneur* do Languedoc, o duque de Montmorency. Uma posição de poder similar também fornecia a base para as insurreições da nobreza huguenote. Como o exército do país ainda não estava definitivamente centralizado, como os *gouverneurs* das províncias podiam considerar propriedades suas os

postos comprados e pagos, como os comandantes de fortalezas e os capitães de fortificações ainda possuíam um alto grau de autonomia, a alta nobreza conservava ao menos uma última posição de poder que tornava possível, mais uma vez, a resistência contra a dominação absoluta da realeza.

Certamente não foi por acaso que a assembléia dos notáveis convocada por Richelieu em 1627 exigiu antes de tudo que nenhuma fortaleza fosse deixada nas mãos dos Grandes, que todas as fortalezas não necessárias diretamente para a defesa do país fossem demolidas, que ninguém tivesse o direito de possuir ou de mandar fabricar canhões sem a aprovação da Coroa. A partir dessa assembléia, após algumas controvérsias sobre a maneira de coletar e sobre o montante das contribuições de cada província, aprovou-se sem nenhuma oposição a verba para um exército permanente, de aproximadamente 20.000 homens, cuja incumbência era, além de defender o país contra os inimigos externos, assegurar a ordem pública e defender a reputação do rei. Desse modo, Richelieu atacava a última posição de poder da alta nobreza. Os que opuseram resistência foram vencidos, uma parte morreu na prisão, outra em batalhas, outra no exílio; mesmo a mãe do rei Richelieu deixou morrer fora do país. O poder da alta nobreza possibilitou ainda uma revolta contra a realeza; entretanto, como um homem de personalidade enérgica havia assumido a causa da realeza, esse poder não foi suficiente para dar aos Grandes, que se hostilizavam e se mantinham em perpétua concorrência, a vitória sobre o rei. Mesmo que Richelieu não tenha levado adiante seu plano de a cada três anos trocar os comandantes militares das províncias, os *gouverneurs*, ele mantinha⁵³ em todo caso um controle rigoroso sobre eles, voltando a convocá-los a seu bel-prazer, o que era uma humilhação suficiente para eles.

Em uma passagem de suas memórias, Richelieu afirma explicitamente: "Acreditar que por ser filho ou irmão do Rei ou príncipe de seu sangue eles possam impunemente perturbar o Reino é enganar-se. É bem mais razoável consolidar o Reino e a Realeza que lidar com suas qualidades que gerariam impunidade."⁵⁴

Assim, ele subordinava a *qualité* da nobreza às exigências do poder do rei. A divisão de poder entre a nobreza e a realeza determina, ao mesmo tempo, a configuração assumida pela corte durante o reinado de Luís XIII. A corte cresceu imensamente com o afluxo de nobres desarraigados, sendo, como na época de Henrique IV, uma espécie de caldeirão onde se encontravam e se misturavam por casamentos⁵⁵ os burgueses em ascensão — sobretudo pela compra de cargos oficiais —, nobres recentes, saídos especialmente da *noblesse de robe*, e membros da antiga nobreza. A corte ainda não havia se tornado o domicílio permanente dos Grandes do país, e portanto o único centro social da França. Mas, para muitos nobres, não havia mais condições para a vida livre de cavaleiros, que ainda era assegurada aos homens por um domínio territorial, um domicílio fixo e pelos acampamentos de guerra, da mesma maneira que as mulheres perderam o espaço de atuação que era garantido para elas em suas propriedades.

24. Uma parte da nobreza não apenas assistia à degradação progressiva de sua base material, como também via se estreitar seu campo de atuação e suas perspectivas

de vida. Os nobres ficavam limitados a uma vida bastante modesta, confinados em suas terras. Ao menos em parte, a compensação dessa limitação pelos acampamentos e pelos deslocamentos na guerra desapareceu. O florescimento e o prestígio que só a vida de corte podia dar permaneciam inacessíveis a esses nobres.

Outros encontravam na corte real, em Paris, uma nova pátria, mais instável. Ou então iam procurá-la nas cortes de um dos Grandes do país, sendo que as residências no campo passaram a não ser mais do que dependências de um *hôtel* e de uma corte, localizados na capital de seu distrito. Eles também viviam, pelo menos de tempos em tempos, na corte real, a não ser que estivessem banidos ou em desgraça, embora essa corte ainda não fosse um domicílio permanente. A sociedade, durante o reinado de Luís XIII, já era uma sociedade de corte, caracterizada pela importância das mulheres, que os homens, destituídos de grande parte de suas funções de cavaleiros, agora ofuscavam muito menos do ponto de vista social; mas ainda se tratava de uma sociedade de corte relativamente descentralizada. O estilo de vida cavaleiresco e seu ethos específico ainda não haviam desaparecido por completo, mas acarretavam lentamente a ruína da *noblesse d'épée*, da qual outrora foram a fonte de todo prestígio e todo sucesso.

Ninguém pode ficar indiferente ao caráter trágico dessa "perda de função", pela qual indivíduos, cuja existência e consciência estão ligadas a uma determinada postura tradicional — que possibilitou grande êxito a seus pais, e talvez a eles mesmos quando jovens — agora são condenados ao fracasso e à decadência, num mundo transformado a partir de causas que não compreendem inteiramente. Uma cena descrita por Ranke ilustra tão bem o destino de um dos últimos representantes nobres de uma tradição de cavaleiros que não resistimos a reproduzi-la aqui: o duque de Montmorency, filho de um dos principais artífices da vitória de Henrique IV, havia se rebelado. Sua natureza era principesca, o caráter de um cavaleiro, generoso e brilhante, corajoso e ambicioso. Ele também servia ao rei, mas não compreendia o fato de que o poder e o direito de governar pertencessem exclusivamente a este, ou, melhor dizendo, a Richelieu. Portanto rebelou-se. O general do rei, Henri de Schomberg, não se encontrava em uma posição favorável para enfrentá-lo. Mas vamos ao relato de Ranke:

Era uma vantagem à qual Montmorency deu pouca importância; ao avistar as hordas inimigas, propôs a seus companheiros que atacassem sem demora. Pois, segundo sua maneira de ver, a base da guerra era o avanço audacioso da cavalaria. Um companheiro experiente, o conde de Rieux, rogou-lhe que esperasse até a formação inimiga ter sido abalada por alguns disparos dos canhões, que já tinham sido posicionados. Mas Montmorency estava tomado por um desejo ardente de batalha. afirmou que não havia tempo a perder, e seu conselheiro não ousou contrariar a vontade expressa de seu chefe, embora pressentindo a desgraça. "Senhor", gritou, "desejo morrer a seus pés." Montmorency podia ser reconhecido pelo seu garanhão, adornado para a batalha com penachos suntuosos e enfeites vermelhos, azuis e amarelos; apenas uma pequena tropa de homens transpôs as trincheiras junto com ele, destruindo tudo que cruzava seu caminho; lutando, eles finalmente alcançaram a frente inimiga. Contudo,

ali chegando, foram atingidos a pouca distância por um cerrado de mosquetes: cavalos e homens caíram feridos ou mortos; o conde de Rieux e a maioria dos outros foram derrubados; o duque de Montmorency, ferido, caiu junto com seu cavalo, também atingido pelos disparos, e foi feito prisioneiro.⁵⁶

Richelieu enviou-o ao tribunal, já seguro de qual seria o veredito, e pouco depois o último Montmorency foi decapitado no pátio da prefeitura de Toulouse.

Trata-se de um evento sem importância, insignificante para o curso da chamada "grande História". Entretanto, tem o sentido de um evento *típico*, o valor de um símbolo. Não foram só as armas de fogo que puseram fim à antiga nobreza, mas sua incapacidade de abrir mão de um modo de vida e de comportamento sobre o qual apoiavam-se sua auto-estima e seu prazer. Vemos aqui o que significa, em uma figuração que se transforma gradativamente, isto é, na redução das chances de alguns e no aumento das chances de outros, o fato de um comportamento outrora realista tornar-se distante da realidade. Ao mesmo tempo, vemos por que a realeza venceu e como uma aristocracia de corte relativamente resignada surgiu a partir de uma nobreza guerreira.

Quando Luís XIV atingiu a maioridade e assumiu o poder, o destino da nobreza já estava decidido. A desigualdade das chances que cabiam, nesse campo social, à realeza e à nobreza tinha tornado possível excluir esta última de todas as posições de poder autônomas; a energia e a competência dos representantes do rei, desdobradas com base naquelas chances, consumaram tal exclusão.

25. Apesar dessa debilidade da posição dos nobres, Luís XIV se sentia de tal modo ameaçado pela nobreza, principalmente pela alta nobreza mais próxima a ele, que essa sensação, nascida das experiências de sua juventude, havia se tornado uma segunda natureza sua. Sua vigilância incansável em relação aos nobres — assim como em relação a todos os súditos — era um de seus traços dominantes. A indiferença que ele mostrava a respeito de questões econômicas (da mesma maneira que os cortesãos em geral), pois em sua consciência essa esfera não afetava as raízes de sua existência social, desaparecia por completo quando se tratava de questões de dominação, de nível, de prestígio e de superioridade pessoal. Nessas esferas, Luís XIV podia ser qualquer coisa, menos indiferente. Aqui, ele era implacável e totalmente alerta.

Abandonar a nobreza à sua sorte era algo que não passava por sua cabeça. Não era só o brilho exterior e o prestígio de sua soberania, não era só sua reputação como nobre, sua necessidade de uma sociedade e de um *monde* requintados, e, finalmente, não era só a tradição que o impediam de ter tais pensamentos, mas também o equilíbrio das estruturas de sua dominação. Ele não podia decidir livremente se ia conservar a nobreza ou deixá-la sucumbir. Precisava dela sob vários aspectos, como foi mostrado. Quando Saint-Simon se retira do serviço militar e ele declara "Mais um que nos deixa", isso é apenas um dos exemplos de tal necessidade.

Assim, ele expandiu deliberadamente a corte com base nas relações ambivalentes de que falamos tantas vezes, com base no estabelecimento de uma maneira de sustentar e submeter a nobreza. Para fazê-lo, tomou como ponto de partida as realizações prévias e as experiências de seus antecessores, mas já numa situação mais favorável que a deles.

O rei quer "reunir diretamente sob seu olhar todos aqueles possíveis chefes de uma rebelião, e cujos castelos poderiam servir como local de reuniões ..." ⁵⁷

Em que medida e em que sentido a estrutura da corte foi compreendida, a partir da perspectiva dos próprios nobres, como uma manifestação da política de submetê-los ao controle do rei, é algo que aparece na descrição feita por Saint-Simon:

Até mesmo a vida na corte servia como instrumento para a política despótica. Já comentei de que maneira, com auxílio dela, os nobres mais eminentes eram enxovalhados, humilhados, misturados com a multidão, enquanto os ministros superavam todos os outros, mesmo os príncipes de sangue, em termos de influência e poder ... Várias outras circunstâncias fortaleceram a resolução do rei de transferir a corte para fora de Paris e residir sempre no campo. Os distúrbios que tiveram lugar em Paris, enquanto era menor de idade, haviam tornado a cidade intragável para ele. Também considerava perigoso morar lá; acreditava estar dificultando as intrigas ao transferir a corte de local. O que também teve papel importante em sua resolução foi o número de amantes que mantinha e o cuidado para que isso não fosse ofensivo em meio a uma população tão grande. Ainda havia certa precaução ... acerca de sua segurança ... Além disso, sentia cada vez mais prazer com a construção; e acreditava ser mais estimado pela massa, caso não se mostrasse todos os dias.⁵⁸

Como vemos, havia muitos motivos para a formação definitiva da corte em Versailles. Mas todos esses motivos tinham uma comunicação estreita entre si, todos giravam em torno do estabelecimento e consolidação do poder e do prestígio.

De fato, a estrutura de Versailles correspondeu perfeitamente a essas tendências interligadas de Luís XIV. Em Versailles e no âmbito da etiqueta, todas as pessoas de nível encontravam-se diretamente sob seu campo de observação:

O rei não cuidava somente para que a alta nobreza se encontrasse na corte, ele exigia isso também da pequena nobreza. Em seu *lever* e em seu *coucher*, durante suas refeições, em seus jardins de Versailles, sempre olhava em torno, reparando em todos os presentes. Ofendia-se com os nobres mais eminentes, caso não vivessem permanentemente na corte, e com os outros, caso viessem só raramente, e quanto àqueles que não apareciam nunca ou quase nunca, eram pessoas que passavam a desagradá-lo por completo. Quando alguma delas queria algo, o rei dizia com orgulho: "Não o conheço", sendo esse veredito inapelável. Ele não levava a mal se alguém gostasse de temporadas no campo, mas era preciso ter moderação e tomar as devidas precauções no caso de uma temporada longa. Em uma viagem a Rouen que fez quando jovem por causa

de um processo, o rei mandou um ministro me escrever para ficar sabendo dos motivos da partida.⁵⁹

Era compreensível que Luís XIV dedicasse atenção particular àqueles que tinham nível mais próximo do dele. Isso também constitui uma expressão daquela peculiaridade estrutural dos Estados dinásticos que, superando todas as particularidades pessoais, com frequência levavam os pretendentes à Coroa, e até mesmo os sucessores imediatos ao trono, a uma oposição aberta ou velada em relação ao príncipe regente. Luís XIV via com especial pesar o fato de seu filho primogênito manter uma corte separada em Meudon, o que “dividia a corte”, conforme diziam. Quando esse futuro sucessor ao trono morreu, o rei mandou vender com toda a pressa os móveis do castelo, temendo que seu neto, a quem Meudon coubera como herança, pudesse fazer uso do castelo e “dividissem assim a corte de novo”.⁶⁰

Tal preocupação era, como diz Saint-Simon, totalmente sem fundamento. Pois nenhum dos netos do rei teria ousado desagradá-lo. Entretanto, quando se tratava de manter o seu prestígio e de assegurar seu poder pessoal, o rei não fazia distinções entre os parentes e os outros nobres no rigor de sua conduta.

Há exemplos assustadores disso, que todavia ajudam-nos a compreender essa coexistência de repulsão e atração, de proximidade e distanciamento entre o rei e a nobreza.

Como de costume, o rei partia de seu castelo em Marly para Versailles. Toda a corte, naturalmente incluindo seus parentes, devia segui-lo. Todavia, a duquesa de Berry, mulher de seu neto, estava grávida pela primeira vez, de aproximadamente três meses. Não se sentia bem e estava com febre bastante alta. O médico pessoal do rei e da família real, Fagon, achou que a viagem para Versailles seria muito prejudicial e difícil para a moça. Mas nem ela mesma, nem seu pai, o duque de Orléans, ousavam falar com o rei a respeito. O marido, bastante preocupado, mencionou o fato, que contudo foi mal recebido. Tentaram alcançar algum resultado junto ao rei, ajudados por Madame de Maintenon, que, embora também achasse arriscado, acabou falando com ele sobre o caso, apoiada pelo médico. Não obteve nenhum êxito. Ela e o médico não se deixaram intimidar, e essa disputa durou três ou quatro dias. No fim, o rei simplesmente ficou aborrecido, capitulando até certo ponto e permitindo que a duquesa adoecida pudesse fazer a viagem de barco, em vez de partir na carruagem real. Para isso, era necessário que ela e o duque saíssem de Marly um dia antes, passassem a noite no Palais-Royal, descansassem por um dia e depois seguissem adiante. O duque recebeu permissão de acompanhar sua mulher, mas o rei o proibiu de deixar o Palais-Royal para ir a qualquer lugar, mesmo à Ópera, embora fosse possível ir diretamente do palácio ao camarote do duque de Orléans.

Saint-Simon diz: “Eu iria suprimir essa bagatela, ocorrida casualmente nessa viagem, se ela não servisse para caracterizar o rei com uma precisão cada vez maior.”⁶¹

Se o rei procedia dessa maneira em assuntos que atingiam diretamente o seu prestígio e sua autoridade em uma esfera restrita, é claro que não era menos implacável quando se tratava de questões que diziam respeito diretamente à sua dominação. Ele não tolerava, em hipótese alguma, que qualquer de seus parentes tivesse um posto no qual passasse a ter influência sobre o governo. Nunca esqueceu, por exemplo, a importância que tiveram como pontos de apoio para as revoltas os postos de *gouverneurs*, no reinado de seu pai. Nem as dificuldades que seu tio, Gaston d'Orléans, causou ao rei, apoiado em seu posto de *gouverneur*. Assim, quando seu próprio irmão veio lhe pedir um *gouvernement* e uma fortificação, uma “*place de sûreté*”, ele respondeu: “O lugar mais seguro para um filho da França é o coração do Rei.” Uma resposta que não é menos característica da maneira de falar do que de sua atitude em geral.

26. A nobreza estava subjugada. Mas como suportava ela esse jugo, que era também uma humilhação? Uma vez que estava vedada qualquer possibilidade de uma resistência aberta, como ainda expressava sua resistência interna? A ligação da nobreza com o rei e sua completa dependência dele manifestavam-se diretamente no aspecto exterior da vida de corte. Será que a nobreza tornou-se dividida e submissa também internamente, ou será que a ambivalência de sua relação com o rei extravasava algumas vezes o aspecto exterior pacífico, mesmo durante o reinado de Luís XIV?

Havia diversos meios para os nobres atados à corte, dentro do espaço que essa instituição lhes oferecia, reagirem às situações de conflito decorrentes de sua atitude ambivalente em relação ao rei.

Eles podiam compensar de tal modo todos as aflições e humilhações que tinham de tolerar a serviço do rei — pela consciência de serem influentes na corte, pelas chances financeiras e de prestígio de que se beneficiavam — que mesmo de acordo com a maneira de pensar desses homens, a aversão ao rei e a exigência de se libertar da sua pressão restringiam-se em grande medida. Seja como for, isso se expressava de modo tortuoso, por exemplo nas conversas com outros nobres. Essa atitude compensatória constituía um dos pólos na escala de possibilidades em que a nobreza se movia. Nós a encontramos, em um grau bastante elevado, representada pelo duque de la Rochefoucauld, filho do autor das *Máximas e grand-maitre de la garde-robe* do rei.

Por outro lado, um nobre cortesão podia dar prioridade aos aspectos negativos dessa relação ambivalente. Nesse caso, ele se permitiria, pessoalmente — e talvez em círculos íntimos de confiança —, dirigir críticas severas ao governo do soberano, fazendo planos secretos, para depois da morte do rei, que possibilitariam à nobreza, sobretudo à alta nobreza, recuperar seus direitos perante o rei e os ministros de origem burguesa. Na época em que Luís XIV viveu, havia apenas uma única forma de ação efetiva para expressar a reação dos nobres, se excetuarmos o afastamento da corte (o que significava uma renúncia a qualquer tipo de reputação): a aliança com o possível sucessor no trono e a tentativa de conquistá-lo em

nome das idéias de resistência. A resistência aberta tinha se tornado completamente impossível. Um representante *desta* possibilidade a que nos referimos é o duque de Saint-Simon. Ele mesmo descreve o tipo que se contrapõe ao seu, de um representante da nobreza submissa, o duque de La Rochefoucauld, da seguinte maneira:

Se M. de la Rochefoucauld passou sua vida no favor mais declarado, é preciso também dizer que esse favor lhe custou caro, caso ele tivesse algum sentimento de liberdade. Nunca criado algum foi pessoa com tanta assiduidade e baixeza, é preciso usar o termo, com tanta escravidão. Não é fácil compreender como ele pôde agüentar um segundo dos quarenta anos de semelhante vida. O *lever* e o *coucher*, as duas outras trocas de roupa todos os dias, as caças e os passeios do rei todos os dias também, ele jamais faltava, dez anos seguidos sem descolar de onde estava o rei, e a ponto de pedir permissão não para sair de perto dele, pois em mais de quarenta anos não chegou a dormir mais de vinte vezes em Paris, mas para ir jantar fora da corte e não estar presente ao passeio: nunca ficou doente e, no fim, rara e brevemente sofreu de gota.⁶²

Acompanhando a carreira desse homem, vemos o seguinte: seu pai havia se destacado nas batalhas da Fronde; depois disso, não ia mais à corte, uma vez que o rei nunca havia perdoado sua rebelião.

Assim, seu filho pareceria à corte como um homem sem quaisquer chances. “Ninguém o temia”, diz Saint-Simon. Ele não tinha cargo ou privilégios. Não podia esperar nem mesmo uma herança considerável; as posses da família haviam se perdido durante os distúrbios sociais. Além disso, sua aparência era desagradável e bastante comum. Mas de algum modo conseguiu o favorecimento do rei. A partir daí começava sua ascensão na hierarquia da corte. Recebeu o cargo de *grand-veneur* e *grand-maitre de la garde-robe*. Tinha relações amistosas com a amante do rei, Madame de Montespan. Depois, quando esta deixou a corte, o único apoio que ele possuía era o do próprio rei. E era justamente disso que o rei precisava. Vemos aqui a trama interna das dependências. La Rochefoucauld, como era favorecido por Madame de Montespan, desagradava de antemão sua sucessora, Madame de Maintenon. Com os ministros, dava-se pouco. E o restante da sociedade de corte quase não convivia socialmente com ele, excetuando-se o círculo íntimo de Madame de Montespan. Entretanto, o rei pagou três vezes suas dívidas, dava-lhe muito — não tudo — do que pedia, e ele pedia muitas coisas. Podia falar com o rei à vontade, sem ter de levar os outros em consideração. O rei o estimava; os outros o temiam por causa disso. Não foi só uma decisão e uma escolha dedicar a vida inteiramente ao serviço do rei, mas sua existência social estava inteiramente nas mãos deste. Sendo o duque de La Rochefoucauld pobre, filho de um rebelde, sem relações dentro da sociedade de corte, sem uma aparência agradável que pudesse ajudá-lo, ele não era nada. A partir de tal nulidade o rei o elevou às alturas.

Trata-se de um traço típico dessa curva de desenvolvimento. Os filhos dos rebeldes, perdidos a não ser que o rei os favoreça, tornam-se os cortesãos mais

devotados: “Essa história de La Rochefoucauld parece com a de Condé. O príncipe se tornou cortesão, ele também; seu filho não sairá de perto do Rei; seu neto esposará uma bastarda do Rei. Os La Rochefoucauld e os Condé decaíram da revolta para a servidão.”⁶³

No caso de Saint-Simon acontecia exatamente o inverso. Seu pai havia sido honrado por Luís XIII com cargos importantes e grandes dignidades. Era o homem de confiança do rei, permanecendo inequivocamente fiel à realeza em meio aos tumultos, mesmo depois da morte do soberano, apesar das tentações que a nobreza opositora lhe oferecia para que mudasse de lado. Assim, conquistando uma reputação sólida e recursos consideráveis, Saint-Simon, o autor das *Memórias*, chegou à corte. É claro que ele também dependia do rei, pois ser desprezado por este — como o próprio duque afirmou algumas vezes — significaria a destruição de sua existência social. Contudo, sua existência não dependia da graça do rei na mesma medida que a de La Rochefoucauld. Ele era o herdeiro de cargos e de honrarias bem mais importantes. Os deveres do rei para com ele, isto é, para com o filho de um homem que servira à família real, sustentavam-no; e nesse sentido ele tinha muito mais autonomia. Sua independência foi logo demonstrada quando desistiu de seu regimento em função de uma desavença a respeito da hierarquia. Teve esperanças de que o rei lhe confiasse um posto diplomático, o que nunca aconteceu; vivia na corte sem um cargo oficial, cumprindo seus deveres como duque e par de França, assim como as exigências que o rei fazia a todos os indivíduos da alta nobreza.

Após a morte do primeiro e do segundo príncipe herdeiro, todos passaram a ver no duque de Orléans o futuro regente. Durante algum tempo Saint-Simon foi praticamente o único a conviver com ele, embora Luís XIV desaprovasse esse convívio, por atribuir ao duque de Orléans a culpa pela morte de seu neto, o que o deixou inteiramente isolado na corte. A se fiar nas palavras de Saint-Simon, ele era o único a ficar ao lado do duque nas questões da corte. Saint-Simon passeava junto com ele pelos jardins de Versailles, até que o rei o ameaçou, exigindo que deixasse a corte por algum tempo, se não quisesse ser banido para sempre. Saint-Simon obedeceu. Só nesses termos era possível uma atitude independente.

Mas sua autonomia se mostrou bem antes, nas relações que mantinha com o segundo delfim, o neto de Luís XIV. A descrição dessas relações e o universo de idéias que surgia nas conversas entre esses dois homens é de especial importância, pois aqui se pode observar um pouco melhor a psicologia daquela parcela da nobreza que se mantinha em oposição secreta ao rei.

Era necessário grande prudência antes que dois homens, sem se conhecerem ainda muito bem, pudessem se abrir em tal corte.

Saint-Simon conta:

Eu achava mais vantajoso sondar um pouco o delfim nos primeiros dias de sua nova glória ... não deixei de emitir uma palavra sobre a nossa dignidade ... Disse a ele o quão

estava certo em não abrir mão de observar mesmo o menor de seus direitos legítimos, e aproveitei o momento favorável para acrescentar que, se ele que era tão grande, e com uma posição hierárquica tão segura, tinha razão em velar por isso, nós tínhamos ainda mais, pois nossa posição era disputada e às vezes até tomada, sem que pudéssemos nem mesmo nos atrever a reclamar ...

Finalmente a conversa desviou para o rei. O delfim falou dele com extrema ternura e imensa gratidão; expressei de imediato os mesmos sentimentos, só evitando que a afeição e a gratidão se tornassem indicadoras de uma idolatria perigosa. Introduzi na conversa algumas palavras sobre a ignorância do rei acerca de muitas coisas, às quais ele, em sua bondade, certamente não ficaria indiferente se soubesse.

Essa corda, tocada levemente, logo repercutiu vivamente. O príncipe admitiu a verdade do que eu dizia e passou sem demora a atacar os ministros. Estendeu-se sobre a autoridade sem limites que eles haviam usurpado e de que podiam fazer uso perigosamente, à revelia do rei, e sobre a impossibilidade de conseguir qualquer coisa do rei sem a interferência deles. Não designou ninguém, mas fez-me entender muito claramente que essa forma de governo era totalmente contrária ao seu gosto e a seus princípios.

Voltando ao rei, deplorou a educação ruim que ele tivera e as mãos perniciosas em que caíra sucessivamente. Desse modo, sob o pretexto da política e da autoridade, todo o poder e todo o proveito estavam à disposição dos ministros; seu coração, por natureza bom e justo, havia sido desviado incessantemente do caminho certo sem que ele se desse conta.

Percebi que aquela era uma oportunidade para fazer referência à arrogância dos ministros frente aos duques, e mesmo frente a nobres de posição ainda mais elevada. Ele se indignou com o fato de que eles nos recusassem o título de *monseigneur*, enquanto o exigiam da parte de todos que não tinham título algum, a não ser o da *robe*.

É quase impossível reproduzir o quanto essa impertinência o chocou, assim como essa distinção favorável aos burgueses em detrimento da alta nobreza.⁶⁴

Nessas últimas palavras ressurgiu o problema central. Sob a superfície do regime absolutista, a tensão entre nobreza e burguesia perdurava com a mesma intensidade. Não obstante as amizades que uniam alguns nobres da corte, incluindo o próprio Saint-Simon, a certos ministros, não obstante os casamentos das filhas de ministros com nobres da corte, essa tensão crucial do campo social mais amplo manifestava-se também, embora modificada, no grupo central da corte. Em certa passagem, Saint-Simon cita com visível satisfação o ditado "admirável" do velho marechal de Villeroi⁶⁵: "É preferível ter um primeiro-ministro da nobreza como inimigo do que um burguês como amigo."⁶⁶ Ao mesmo tempo, nessa conversa também se manifesta claramente a relação ambivalente da nobreza com o rei; certamente não é por acaso que vem à tona a oposição da nobreza de corte ao rei e aos burgueses arrivistas. Trata-se das duas frentes pelas quais a nobreza é ameaçada. E esse estado de coisas torna-se ainda mais claro ao lermos a série de reflexões que Saint-Simon divulgou em suas *Memórias* como sendo pensamentos do delfim, após a morte deste. Eles manifestam claramente a maneira de pensar do

próprio Saint-Simon e a situação e os planos da nobreza de corte que constituía em segredo a oposição, sob o reinado de Luís XIV:

O aniquilamento da nobreza era odioso para ele, diz Saint-Simon sobre o delfim, e sua igualdade com ela, insuportável. Essa última novidade, que só cedia ante a altos dignitários, e que confundia o nobre com o fidalgo, e este com os *seigneur*, lhe parecia a injustiça máxima, e essa falha na hierarquia, uma causa da ruína e da destruição iminentes de um reino inteiramente militar. Ele se lembrava que a monarquia devia sua salvação dos grandes perigos sob Filipe de Valois, sob Carlos V, sob Carlos VII, sob Luís XII, sob Francisco I, sob seus netos, sob Henrique IV, a essa nobreza que se conhecia e se mantinha nos limites de suas diferenças recíprocas, que tinha a vontade e os meios de marchar em socorro do Estado, em grupos e por províncias, sem embaraços e sem confusão, pois ninguém saía de seu posto ou tivera dificuldades em obedecer a alguém de posição mais elevada. Via agora esse socorro extinto; todos reivindicavam igualdade a todos os outros, de modo que toda organização, todo comando e toda obediência haviam desaparecido.

Quanto aos meios, ele [o delfim] era profundamente tocado pela ruína da nobreza, pelos caminhos tomados para reduzi-la e dominá-la, pelo abastardamento que a miséria e a mistura de sangue pelas contínuas e danosas alianças necessárias para ter pão incutiram na coragem, no valor, na virtude e nos sentimentos dos nobres. Indignava-se ao ver essa nobreza francesa tão célebre, tão ilustre, transformada num povo quase da mesma espécie que o próprio povo, somente distinta dele no sentido de que o povo tem a liberdade de engajar-se em qualquer trabalho ou negócio, inclusive no serviço militar, ao passo que a nobreza se tornou um outro povo que não tem outra escolha senão um mortal e vicioso ócio; um povo que por sua inutilidade para tudo torna-se um encargo desprezível, servindo apenas para morrer nas guerras, ser insultado pelo clero, pelos secretários de Estado e pelos secretários dos intendentes. Nem mesmo os nobres mais bem-nascidos, que por sua dignidade estão acima de sua própria classe — embora ainda pertençam a ela —, podem evitar essa mesma espécie de inutilidade, ou o desprezo dos *maîtres de la plume* quando servem nos exércitos ...

O príncipe não podia acostumar-se à idéia de que o Estado não pudesse ser governado, no todo ou em parte, se não tivesse o controle da arrecadação de impostos, e de que o governo de todas as províncias tinha sido posto nas mãos dos descendentes da magistratura, cada um com a sua própria província e com um poder e uma autoridade infinitamente maiores do que quaisquer governadores dessas províncias jamais tiveram.⁶⁷

Essa crítica e esse programa de um círculo de oposição na corte tornam novamente visível, em seu conjunto, o problema do qual trata a presente investigação.

Já demonstramos como existia, dentro da corte, um estado peculiar de tensão, sobretudo entre os grupos e pessoas que o rei havia distinguido e aqueles que se destacavam com base em seus próprios títulos de nobreza; era manipulando essa tensão que o rei governava sua corte. Demonstramos ainda como fazia parte das condições de dominação do rei um equilíbrio de tensões específico no reino,

fornecendo aos representantes da realeza a chance de uma concentração especialmente ampla de seu poder, cuja consumação era o sistema da monarquia absolutista. Essas tensões em um caso e, no outro, os equilíbrios de tensões na corte e no reino, eram particularidades estruturais de um mesmo estágio de desenvolvimento da sociedade estatal francesa como um todo — da figuração em seu conjunto.

Apoiado na crescente posição de poder das camadas burguesas, o rei se distanciava cada vez mais do restante da nobreza, e vice-versa: simultaneamente, promovia o avanço dos burgueses; oferecia-lhes tanto chances econômicas quanto cargos e prestígio de diversos tipos, ao mesmo tempo mantendo-os em xeque. Burguesia e rei ascendiam graças a seu apoio mútuo, enquanto o restante da nobreza decaía. Entretanto, se as formações burguesas, se os indivíduos com cargos jurídicos ou administrativos do alto escalão, aos quais Saint-Simon se refere com os termos *magistrature e plume*, avançavam mais do que agradava ao rei, ele lhes mostrava seus limites de modo tão implacável como fazia com seus aristocratas.

Pois os reis só podiam tolerar a decadência da nobreza até certo ponto. Com seu desaparecimento, eles próprios teriam comprometido sua existência e o sentido desta; era justamente para a luta contra a nobreza que as camadas burguesas em ascensão necessitavam do rei. Assim, a nobreza foi perdendo passo a passo muitas das funções que tivera até então, nesse campo social, para os grupos burgueses; ela perdeu as funções administrativas, judiciárias e, em parte, até as funções militares para membros das camadas burguesas; mesmo a parcela mais significativa das funções de um *gouverneur* estava nas mãos de burgueses.

27. Todavia, se a nobreza perdia algumas de suas funções tradicionais, por outro lado ela ganhava uma nova função, ou melhor dizendo: no caso dela, uma nova função passava a aparecer em primeiro plano, a que ela tinha para o rei.

Tornou-se costume designar a nobreza do Ancien Régime como uma camada “sem função”. Isso tem sua razão de ser quando pensamos em um encadeamento de funções dentro do qual, direta e indiretamente, cada camada ou grupo do campo social em questão satisfaz necessidades de cada um dos outros grupos, portanto um encadeamento de funções como os que são encontrados às vezes em nações profissionais-burguesas. A nobreza do Ancien Régime não tinha nenhuma função para a “nação”.

Mas o encadeamento de funções, o circuito das interdependências do Ancien Régime, era em muitos aspectos diferente do das “nações” profissionais-burguesas. O fato de a nobreza da França ter sido capaz de se manter praticamente sem nenhuma função social é algo impensável. De fato, ela não tinha nenhuma função para a “nação”. Contudo, na consciência dos funcionários mais influentes dessa sociedade — os reis e seus representantes — o conceito de “nação” ou de “Estado” como um fim em si era, por assim dizer, inexistente. Já explicamos como, para Luís XIV, a finalidade desse campo social culminava no rei e que, para ele, todos os outros elementos da dominação real constituíam apenas meios para alcançar esse

fim, para glorificar e conservar o rei. Nesse contexto e nesse sentido, é possível compreender a afirmação de que a nobreza realmente não tinha nenhuma função para a “nação”, embora tivesse uma função para o rei. A soberania deste tinha como pressuposto a existência de uma nobreza que contrabalançasse as camadas burguesas, assim como a existência e a força de camadas burguesas como um contrapeso à nobreza. E foi precisamente essa função que deu à nobreza sua característica própria.

É fácil perceber que essa transformação de uma nobreza relativamente autônoma em uma nobreza de corte também acarretou uma transformação e uma reestruturação de sua hierarquia. As reflexões de Saint-Simon reproduzidas acima mostram o quanto a nobreza resistia a essa reestruturação, à destruição da hierarquia original ou tradicional, em favor de um novo ordenamento forçado pelo rei, ainda na época de Luís XIV, e como ainda sonhava em restaurar sua condição independente. A bem da verdade, a nobreza não percebia sua posição, e não podia percebê-la. Ela estava mais ou menos à mercê do rei. E assim como ele cuidava para que a burguesia e a nobreza mantivessem o equilíbrio em sua esfera mais ampla de poder, sua política dentro da corte também visava resistir à pressão conservadora da nobreza valorizando os burgueses, ou nem sempre burgueses, mas em todo caso homens que haviam subido de posição dentro da nobreza e que deviam tudo exclusivamente ao rei, e não a um nível social herdado.

É justamente contra essa política que Saint-Simon se insurge, justamente essa a situação em que se consolidam, em grande medida, aqueles traços humanos designados como traços de caráter dos “cortesãos”.

28. Perguntamos anteriormente pelas condições sociais a partir das quais uma instituição como a corte, da maneira como a observamos, pôde se reproduzir ao longo de gerações. Eis a resposta: a nobreza precisava do rei porque nesse campo social somente a vida em sua corte lhes dava acesso às chances econômicas e de prestígio que possibilitavam uma existência de nobres.

O rei precisava da nobreza. Além de todas as dependências específicas que foram questionadas ao longo deste estudo (por exemplo, a dependência tradicional oriunda da relação entre os suseranos e seus vassallos), da necessidade de convívio com a sociedade a que ele próprio pertencia e de cujos costumes partilhava, e da necessidade de distanciamento de seu povo, por meio dos serviços daquele estado que estava acima de todos os outros, em termos de nível e de prestígio — além de tudo isso, o rei necessitava da nobreza para assegurar o equilíbrio de tensões entre as camadas em que ele se apoiava.

É um equívoco ver o rei apenas como o opressor da nobreza; é igualmente um equívoco vê-lo apenas como o provedor da nobreza. Ele era ambas as coisas. Também seria errôneo destacar apenas a dependência da nobreza em relação ao rei. Até certo ponto, o rei também era dependente da nobreza — assim como todo soberano autocrata também depende de seus súditos, especialmente dos grupos de elite desses súditos. Entretanto, embora o rei dependesse em grande parte da

existência da nobreza para consolidar e conservar as chances de poder de sua posição social, a dependência de cada nobre em relação ao rei era extraordinariamente maior do que a dependência do rei em relação a cada nobre em particular. Se um determinado nobre desagradava ao rei, havia sempre um "contingente de reserva" de nobres dentre os quais o rei podia escolher à vontade outro nobre e trazê-lo para perto. É essa balança das interdependências, essa defesa do equilíbrio das dependências que dava o caráter específico disso que denominamos "corte", se excetuarmos os ministros e funcionários oriundos da burguesia e da *noblesse de robe*, que pertenciam à corte mas costumavam fazer parte da sociedade aristocrática de corte no máximo como figura marginais. Em tal balança de tensões, eles seguravam-se firmemente, como lutadores de boxe em um *clinch*: ninguém ousava modificar sua posição, temendo que o adversário pudesse atingi-lo; e não havia nenhum árbitro que fosse capaz de desfazer esse *clinch*. Todas essas dependências mútuas eram tão bem planejadas e tão ambivalentes que a atração e a repulsão de parte a parte acabavam mantendo mais ou menos o equilíbrio.

29. Vimos anteriormente como, na última fase desse regime, mesmo as pessoas com posições mais elevadas em termos de status — rei, rainha, membros da família real junto com seus acompanhantes — tornaram-se prisioneiros de seu próprio cerimonial e de sua etiqueta, seguindo literalmente seus mandamentos, embora constituíssem um fardo para eles. Justamente porque qualquer procedimento e qualquer gesto representavam um privilégio de determinadas pessoas ou famílias em relação a outras, e porque qualquer alteração de um privilégio tradicional em favor de outrem provocava o descontentamento, e muitas vezes a resistência ativa, das outras famílias e grupos, renunciava-se a qualquer mudança, temendo que, se certos privilégios fossem violados, outros também pudessem sê-lo, inclusive os seus próprios. A etiqueta e o cerimonial da corte simbolizavam de certa maneira as inter-relações das elites privilegiadas do Ancien Régime em geral. Tratando-se de um monopólio sobre determinados cargos oficiais e sobre outras fontes de renda ou tratando-se de direitos oriundos da posição hierárquica e do prestígio, toda a gama desses privilégios representava uma espécie de propriedade — e não se incluem aí apenas os privilégios das famílias reais e de seus cortesãos, mas também os da *noblesse d'épée* e da *noblesse de robe*, ou os de *fermiers généraux*, uma vez que, apesar de todas as correlações entre eles, todos permaneciam reconhecíveis como grupos distintos, com seus privilégios específicos. E cada grupo, cada família procurava vigiar com extrema atenção a sua propriedade e protegê-la contra todas as ameaças, inclusive contra a ameaça decorrente do aumento dos direitos de outros grupos. Luís XIV ainda tinha poder suficiente para, dentro de certos limites, aumentar ou reduzir os privilégios, adaptando desse modo a rede de tensões de acordo com as necessidades da posição do rei. Mas Luís XVI, assim como toda a longa dinastia da família real, era um prisioneiro desse mecanismo de tensões interdependentes. Em vez de guiar o mecanismo, era guiado por ele. Como um *perpetuum mobile* fantasmagórico, ele forçava todos aqueles

que constituíam sua engrenagem à concorrência incessante entre si, para defenderem as bases privilegiadas de sua própria existência, assegurando-se o máximo possível em sua posição. Esse enganchamento, o *clinch* social, que fazia com que cada grupo se imobilizasse temendo permanentemente um deslocamento desfavorável no equilíbrio de poder, frustrava toda tentativa de uma reforma mais radical da estrutura de dominação a partir de dentro, feita por indivíduos oriundos das próprias elites privilegiadas. Certamente não faltaram tentativas de reforma, e havia inúmeras propostas de reestruturação. Contudo, elas raramente se baseavam em uma análise realista dessa figuração privilegiada.

A consciência da necessidade de uma reforma tornava-se mais urgente quanto mais forte era a pressão de grupos não-privilegiados contra as elites privilegiadas. Assim, para compreender a situação corretamente, não podemos esquecer o quanto era grande, em uma figuração como a do Ancien Régime, a distância social entre os grupos de elite privilegiados e aqueles que eles mesmos designavam como o "povo", a massa dos não-privilegiados, apesar da proximidade física que existia entre os senhores e os criados, por exemplo. A grande maioria dos privilegiados ainda vivia em um mundo relativamente exclusivo — tanto mais hermético quanto mais elevado o seu nível. A noção de que seria possível desenvolver o país e elevar os padrões de vida do povo era estranha à maior parte desses homens. Ela não correspondia a seus valores. A conservação de sua própria existência social privilegiada continuava sendo um valor auto-suficiente. O que acontecia com o grosso da população se passava bem além de seu horizonte e não interessava à maioria dos privilegiados. Mal viam eles as nuvens que se acumulavam sobre suas cabeças. Como era impossível para eles romper o gelo das tensões sociais estagnado nas camadas superiores, tudo foi arrastado pelo turbilhão desencadeado sob essa camada de gelo.

Essa imobilização das elites privilegiadas do Ancien Régime em um *clinch*, um equilíbrio travado das tensões do qual ninguém podia se desvencilhar de maneira pacífica apesar de todas as injustiças evidentes, certamente foi uma das causas do movimento revolucionário que subverteu brutalmente o quadro legal e institucional, instalando, depois de muitas hesitações, uma estrutura de dominação com outra distribuição de poder e outro equilíbrio das tensões sociais. Nossa análise nos permite afirmar — ainda que seja necessária uma exposição mais longa para dar conta do problema — que a imagem da "burguesia" revolucionária ascendentemente investindo contra a nobreza e fazendo-a em pedaços, peca por um certo simplismo. Entre os privilegiados varridos pela Revolução, havia também as camadas burguesas ou originárias da burguesia. Talvez seja o caso de distinguir melhor entre a burguesia privilegiada, cujo ponto máximo é a *noblesse de robe*, e a burguesia em ascensão, composta pelos profissionais burgueses.

30. Uma das questões centrais da sociologia, talvez a questão central, seja saber de que modo e por que os indivíduos estão ligados entre si, constituindo, assim, figurações dinâmicas específicas. Só é possível seguir a pista de uma resposta para

tal questão se determinarmos as interdependências entre os indivíduos. Atualmente, há uma carência muito grande de modelos para investigações sistemáticas de interdependências. Não apenas faltam modelos empíricos detalhados, mas também uma verificação sistemática dos instrumentos de pensamento, dos conceitos e categorias tradicionais que podem ser utilizados nessa tarefa. Além disso, ainda não se reconheceu que esses instrumentos de pensamento tradicionais foram desenvolvidos para explorar determinadas áreas de conhecimento — sobretudo o que chamamos “natureza” — e por isso não são necessariamente apropriados para explorar outras áreas — por exemplo, o domínio que distinguimos da “natureza”, correta ou incorretamente, sob a denominação de “sociedade”.

Essa falta de clareza leva, com freqüência, a uma confusão característica na reflexão sobre os problemas da sociedade. Toda uma série de categorias de pensamento e conceitos, provenientes do desenvolvimento das ciências naturais e depois diluídas de modo variado pelo uso popular, evidentemente não é apropriada para o estudo de problemas sociológicos. O conceito clássico e unilinear de causalidade é um bom exemplo. Daí os sociólogos se considerarem livres para inventar conceitos mais ou menos arbitrários, sem verificar no trabalho empírico minucioso se, e até que ponto, eles podem servir como instrumentos na investigação científica de fenômenos sociais.

Fizemos aqui uma tentativa de pôr à prova um esquema teórico básico, desenvolvido no trabalho sociológico minucioso por meio de sua aplicação num estudo empírico. Com isso nos distanciamos da teoria da sociologia nominalista, ainda dominante em larga escala, cujos partidários, apesar de todos os sinais de confiança demonstrada no estudo de sociedades humanas, acabam considerando como reais e existentes de fato apenas indivíduos isolados, separados uns dos outros. Desse modo, tudo o que eles têm a dizer sobre as sociedades aparece, no fim, apenas como particularidades abstraídas de indivíduos singularizados, ou então, muitas vezes, como sistemas ou essências metafísicas independentes dos indivíduos.

Em oposição a tais orientações nominalistas da sociologia, a investigação das formas sociais como figurações de indivíduos interdependentes prepara o caminho para uma sociologia realista. Pois o fato de os homens não se apresentarem como seres totalmente fechados em si mesmos, mas sim interdependentes, constituindo diversas figurações em sua convivência, pode ser observado e comprovado por meio de investigações empíricas. Além disso, como vimos, na investigação empírica é possível determinar o surgimento e o desenvolvimento de figurações específicas — no caso os de uma corte real e de uma sociedade de corte — com alto grau de precisão, embora não de maneira exaustiva. Podemos estabelecer que condições tornam os homens interdependentes numa dada situação, e como essas interdependências se modificam sob o efeito das alterações, tanto endógenas como exógenas, da figuração em seu conjunto.

Aqui nos limitamos a trazer à tona alguns aspectos das mudanças ocorridas na rede das interdependências que acabaram levando, na França dos séculos XVI e

XVII, a um deslocamento do equilíbrio instável das tensões entre o rei e o restante da nobreza em favor do primeiro e sua supremacia absoluta sobre toda a extensão do território submetido à sua dominação. Passamos em revista apenas os deslocamentos de equilíbrio em relação a determinadas elites. Muitas inter-relações no campo mais amplo do desenvolvimento da sociedade francesa nessa época permanecem com isso em segundo plano ou obscurecidas.

Mas a sociedade de corte é útil também como modelo restrito, pois nos oferece a oportunidade de pôr à prova alguns conceitos que hoje em dia ainda nos parecem estranhos, como “figuração”, “interdependência”, “equilíbrio das tensões”, “desenvolvimento da sociedade” ou “desenvolvimento da figuração”, esclarecendo assim o seu significado.

31. Alguns sociólogos se perguntarão se vale a pena aprofundar-se desse modo nos detalhes da distribuição de poder e das interdependências de duques, príncipes e reis, uma vez que agora posições sociais desse tipo perderam muito do seu valor e tornaram-se, há muito tempo, fenômenos marginais das sociedades desenvolvidas. Todavia, isso seria equivocar-se a respeito do próprio sentido da tarefa da sociologia. Afinal a tarefa da sociologia é tornar os indivíduos de quaisquer associações compreensíveis para si mesmos e em relação aos outros. Quando investigamos de que maneira eles se ligam e se tornam dependentes uns dos outros, quando procuramos elucidar a partir de que motivos o mecanismo das interdependências humanas assume determinada conformação específica em determinada fase, chegamos a uma compreensão melhor do desenvolvimento da figuração que leva a um entrelaçamento próprio de interdependências. Ao mesmo tempo, também descobrimos, no caso de indivíduos que a princípio nos parecem inter-relacionados em figurações totalmente estranhas — e por isso nos parecem estranhos e incompreensíveis também quando considerados individualmente —, as posições-chave que tornam possível colocarmo-nos a nós próprios no lugar de pessoas que convivem entre si de modo totalmente diferente do nosso, pessoas de uma outra sociedade e portanto possuidoras de um caráter totalmente diverso. Ao descobrirmos as interdependências, reproduzimos a identidade última de todos os indivíduos, sem a qual toda relação humana (mesmo a do pesquisador com o pesquisado, do vivo com o morto) tem algo do período selvagem mais remoto no desenvolvimento da humanidade, algo de bárbaro, dos tempos em que os indivíduos de outras sociedades eram concebidos apenas como estranhos, de fora, muitas vezes nem mesmo como seres humanos. Conseguimos penetrar por trás do plano dos fenômenos sociais em que eles aparecem simplesmente como uma cadeia de diversas sociedades ou “culturas”, em que o observador tem a impressão de que as investigações sociológicas só podem ser feitas sobre uma base relativista. Assim, alcançamos um outro plano, no qual a alteridade das outras sociedades e dos indivíduos que as constituem não é sentida como estranha e extravagante, e no qual os indivíduos de outras sociedades se tornam reconhecíveis e compreensíveis como pessoas semelhantes a nós mesmos. Dito de outro modo, no caso de um

procedimento proeminentemente descritivo da pesquisa sociológica, ou histórica, permanecemos na linha demarcatória a partir da qual só podemos ver os indivíduos que procuramos compreender como tais em terceira pessoa, como "eles". Só quando o pesquisador avança e percebe os objetos de sua investigação como pessoas semelhantes a ele mesmo, só quando penetra no plano em que a experiência própria da *perspectiva-eu* e da *perspectiva-nós* se torna acessível, só então ele pode se aproximar de uma compreensão realista.

A análise das interdependências serve como acesso a esse campo. Assim, a determinação de uma parte da trama de interdependências da posição do rei na época de Luís XIV mostra, por um lado, o rei a partir da "*perspectiva-ele*", mas ao mesmo tempo abre caminho para uma reconstrução bastante precisa de sua experiência pessoal. Sem a determinação da estrutura de interdependências, na qual ele se encontra como um dos indivíduos que a constituem, não é possível colocá-lo em sua situação e compreender quais alternativas ele tinha de fato, na condução de seu governo, e como ele mesmo as compreendia de acordo com seu desenvolvimento e posição. Só quando temos em vista seu comportamento, especialmente as decisões que tomava em função dessas alternativas, e da margem de ação que lhe permitia sua rede de interdependências, podemos fazer uma imagem satisfatória de sua pessoa. Só então podemos começar a ver Luís XIV como um homem que também tinha, como nós, seus problemas específicos. Só quando entendemos como ele enfrentava ou tirava do caminho os problemas com que se defrontava podemos determinar seu valor, e portanto também sua grandeza. Pois o valor de um homem não está naquilo que ele aparenta ser, quando considerado apenas em si, enquanto um indivíduo isolado e independente de suas relações com os outros. Esse valor só pode ser determinado quando o vemos como um homem entre homens, lidando com a resolução das tarefas impostas pela convivência com os outros. Podemos então compreender, mas não aceitar, a fórmula segundo a qual Luís XIV foi um homem insignificante mas um rei significativo. Talvez ela exprima simplesmente a idéia de que ele de fato explorou ao máximo as possibilidades de seu percurso como rei, mas talvez em outro percurso social não tivesse o mesmo êxito, como filósofo, historiador, erudito, ou simplesmente "homens em si". Mas acerca do "homem em si" não é possível formular nenhuma declaração verificável. Não se pode determinar o valor de alguém sem considerar seu percurso no âmbito de sua interdependência, de sua posição e de sua função em relação aos outros.

Atualmente esse procedimento é ainda bastante frequente. Existe uma tendência de, ao julgar os homens de outras épocas ou de outras sociedades, partir dos juízos de valor de sua própria época, selecionando na infinidade de fatos justamente aqueles que, à luz de seus próprios critérios, parecem revestir-se de importância. Assim procedendo, torna-se impossível discernir as interdependências entre os indivíduos cujo comportamento se busca compreender. Os homens são isolados das inter-relações que mantêm com os outros e inseridos em inter-relações heterônomas que não são as suas — e que são determinadas pelas avaliações contemporâneas do pesquisador. Em contrapartida, só é possível compreen-

dê-los propriamente como indivíduos quando são preservadas a relativa autonomia das inter-relações, das figurações que eles mesmos constituem em sua época junto com outros indivíduos, e também a autonomia de seus valores, como aspectos de tais figurações.

A análise das figurações é simplesmente um método que visa garantir a quem pesquisa maior distância e autonomia em relação aos critérios de valor, muitas vezes fúteis e passageiros, que surgem das grandes facções em que os pesquisadores de cada época estão envolvidos. Só o esforço por uma maior autonomia do objeto de pesquisa, como parâmetro de avaliação central que orienta os pesquisadores, possibilita um controle dos ideais heterônomos que influenciam o pesquisador em seu estudo dos indivíduos. Se valores autônomos substituem em larga escala os valores heterônomos no esforço de pesquisa, então é possível ter esperança de um contato mais próximo com o contexto dos fatos, com a rede de interdependências dos indivíduos pesquisados, desenvolvendo modelos dessas interdependências, modelos que não se submetam às nossas posições ou ideologias. Trata-se de modelos nos quais outras gerações podem continuar trabalhando, possibilitando assim maior continuidade da pesquisa sobre o indivíduo.

O esboço da sociedade de corte que vem à tona em nosso estudo constitui, em escala reduzida, um tal modelo. Vimos como as pessoas que formavam essa sociedade estavam ligadas, em muitos aspectos, de modo diferente — constituindo figurações diferentes — do modo de ligação dos membros das sociedades industriais. Por conseguinte, também se desenvolviam e se comportavam de modo diferente, em muitos aspectos, dos indivíduos das sociedades industriais. Vimos aqui que esse "ser diferente" dos indivíduos de outras sociedades não foi tratado na investigação de figurações nem como estranho e extravagante — de um modo relativista —, nem reduzido a um "humano geral e eterno" — de um modo absoluto. Segundo mostramos, a determinação das interdependências torna possível preservar totalmente, nos indivíduos de outras sociedades, sua singularidade, sua exclusividade e diferenciação, ao mesmo tempo reconhecendo-os como pessoas em cuja situação podemos nos colocar, ou seja, como homens semelhantes a nós, com os quais estamos ligados por meio de uma identificação última enquanto seres humanos.

Isso não se aplica apenas ao rei, cuja posição social favorece muito a noção de uma individualidade totalmente autônoma e dependente apenas de si mesma, mas se aplica também aos homens da nobreza, caso façamos o esforço de discernir o perfil individual dos nobres como pessoas. É o caso do duque de Montmorency. O processo de sua decadência, cuja descrição foi escolhida para ilustrar a análise, revela determinados traços de sua pessoa. Ao mesmo tempo, revela o deslocamento do eixo em torno do qual oscilava o movimento de pêndulo das lutas pelo poder, entre os representantes da nobreza e os representantes da posição do rei, em favor desta última. Do mesmo modo, podemos chegar a uma compreensão mais clara a respeito do duque de Saint-Simon ou do duque de La Rochefoucauld, quando prestamos atenção no modo como eles tendiam para pólos opostos den-

tro da esfera de ação de que dispunha a aristocracia de corte durante o reinado de Luís XIV. A noção de que as investigações sociológicas nivelam e igualam os homens como indivíduos só é justificada na medida em que se faz uso, na pesquisa, de teorias e métodos sociológicos que tratam os fenômenos sociais não como figurações de indivíduos, mas como fenômenos que existem fora e além dos indivíduos. Quando percebemos o indivíduo como uma pessoa em figurações que ele constitui junto com outras pessoas, isso aprofunda e dá vigor a nossa compreensão da individualidade.

VIII | Sobre a sociogênese do romantismo aristocrático no processo de curialização

1. No período de transição em que uma parte da nobreza cavaleiresca da França, reforçada por alguns elementos da burguesia ascendente, transformou-se em uma nobreza aristocrática de corte, na primeira fase do processo de curialização, é possível observar alguns dos fenômenos muitas vezes associados apenas ao desenvolvimento recente e, em especial, aos processos de industrialização e de urbanização industrial. Durante o processo de urbanização industrial, o pequeno artesanato independente pouco a pouco dá lugar às fábricas, que reúnem muitas pessoas em permanente interdependência. Os filhos de camponeses e trabalhadores rurais migram para as cidades. E as recordações idealizadas do artesanato e da vida no campo como símbolos de um passado melhor, de uma vida livre, natural, opõem-se às coerções do ambiente urbano e industrial.

Sentimentos semelhantes também emergem ao longo do processo de curialização, voltando sempre a aparecer mais tarde, na sociedade de corte. Se buscamos uma idéia precisa da nobreza de corte de Luís XIV, é preciso lembrar que sua estrutura, sua organização e seu modo de vida são resultados de um processo ao longo do qual parte da antiga nobreza, anterior à de corte, encontrava-se diante de duas alternativas. Ou aqueles nobres continuavam vivendo em suas terras, tendo relações mais limitadas e em condições materiais mediocres, e com isso sofrendo o desprezo da nobreza de corte que os consideraria "gente provinciana", ou então sucumbiam às coerções e imposições da vida na corte.

Mas as pessoas que foram tragadas pelo turbilhão dessas grandes alterações não viam seu destino como consequência de um processo social de longa duração. A idéia de uma mudança de figuração, cujo poder excedia o de qualquer homem, mesmo de um rei ou da elite mais poderosa do país, era estranha a essas pessoas. Atualmente ainda se fala com bastante frequência da "época do absolutismo" como se a concentração de poder em mãos de governantes centrais se explicasse, em cada país, a partir dos grandes feitos de determinados reis ou príncipes. A pergunta sobre a natureza da transformação da sociedade como um todo, pela qual chances de poder particularmente amplas foram depositadas nas mãos dos soberanos da maioria dos Estados da Europa continental, se é que chega a ser formulada, fica na melhor das hipóteses em segundo plano, como uma pergunta de importância restrita, em comparação com as perguntas relacionadas às realizações de grandes e renomados indivíduos. Não é de admirar que os nobres, profundamente engajados no processo de formação da corte, percebessem a gradativa